



**DECRETO N. 0703, DE 17 DE ABRIL DE 2026**

Dispõe sobre a nomeação da Equipe de Agentes de Contratação/Pregoeiros, para condução dos processos de licitação, no âmbito do Município de Ji-Paraná, e dá outras providências e revoga o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 39, da Lei Orgânica Municipal, e

**Considerando** solicitação do Superintendente Permanente de Compras e Licitação, através do [Memorando 120/CPL/PMJP/RO/2026 de 16/04/2026 \(ID 2611154\)](#).

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica nomeada, em consonância com Decreto nº 1383, de 11 de março de 2024, a Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros para condução dos Processos de Licitação, Dispensa e Inexigibilidade do Município de Ji-Paraná, composta pelos seguintes servidores.

§ 1º Agente de Contratação/Pregoeiro:

- I - Hevileny Maria Cabral de Lima Jardim: Agente de Contratação/Presidente Pregoeira;
- II - Sônia Regina da Silva: Agente de Contratação/Pregoeira;
- III - Thaynara de Souza Marconi Leite: Agente de Contratação/Pregoeira;
- IV - Willian Gabriel Resende Matias: Agente de Contratação/Pregoeiro;
- V - Ana Paula de Souza Meireles: Agente de Contratação/Pregoeira.

§ 2º Equipe de Apoio:

- I - Adriana Souza Leite;
- II - Izabelly Paiva Porfírio;
- III - Vivian Vieira de Araújo;
- IV - Neurizete dos Santos;
- V - Danielly Melo de Souza.

**Art. 2º** A Equipe e os Agentes de Contratação/Pregoeiros ora nomeados deverão atuar nos procedimentos licitatórios regidos pela Lei Federal n. 14.133/2021.

**Art. 3º** Fica revogado o Decreto n. 2465, de 16 de setembro de 2025 ([ID 2044611](#)).

**Art. 4º** Este decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Palácio Urupá, em 17 de abril de 2026

*[assinado eletronicamente]*  
**AFFONSO CÂNDIDO**  
Prefeito

Avenida 02 de Abril, 1701 - Urupá - Ji-Paraná/RO - Caixa Postal 268 - CEP 76.900-149  
Fone: (69) 3416-4000 - CNPJ 04.092.672/0001-25 - site: [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)



Documento assinado eletronicamente (ICP-BR) por **AFFONSO ANTONIO CANDIDO, PREFEITO MUNICIPAL**, em 17/04/2026 às 10:01, horário de Ji-Paraná/RO, com fulcro no art. 19 do [Decreto nº 435 de 27/02/2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [eproc.jf-parana.ro.gov.br](http://eproc.jf-parana.ro.gov.br), informando o ID **2613313** e o código verificador **0CA5E1E5**.

---

Docto ID: 2613313 v1

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 90053/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**ÓRGÃO CONTRATANTE (UASG)**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RONDÔNIA (980005)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3278/2026 - SEMED**

**OBJETO:** Contratação de empresa seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação de serviços de seguro auto frota com assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando à proteção dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO (SEMED), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**

Dia 29/05/2026 às 09:30h (*horário de Brasília*)

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:**

[www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

MENOR PREÇO GLOBAL

**MODO DE DISPUTA:**

ABERTO

**PARTICIPAÇÃO:**

- Todos os itens são destinados à AMPLA PARTICIPAÇÃO

**REGISTRO DE PREÇOS:** NÃO

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**R\$ 151.619,57** (*Cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos*)

**FONTE DE RECURSOS:**

Unidade: 020602 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Funcional: 12.361. 0004.2102.000 - Manutenção e Conservação da Frota Própria de Veículos

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Ficha 242**

**EDITAL:** Disponível para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado e ainda no site [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br).

**INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:**

Todas as informações quanto ao fornecimento/execução do objeto desta licitação, tais como prazos, locais, forma de pagamento, obrigações, sanções administrativas, etc, estão consignados no Anexo I - Termo de Referência.

Demais informações e esclarecimentos: SUPECOL - Superintendência de Compras e Licitações, situada na rua dos Brilhantes, nº 130, bairro Urupá, em Ji-Paraná, estado de Rondônia - CEP 76.900-150-Telefone/WhatsApp: (0xx) 69-99975-2759 – e-mail: [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br).

Ji-Paraná, 12 de maio de 2026.

**ELABORADO POR:**

**Danielly Melo De Souza**  
Equipe de Apoio  
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**RESPONSÁVEL:**

**Willian Gabriel Resende Matias**  
Pregoeiro  
Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 053/SUPECOL/PMJP/RO/2026**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

A Prefeitura do Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, por meio da Superintendência de Compras e Licitações, através de seu (ua) Pregoeiro (a) e equipe de apoio, nomeados por força das disposições contidas no **Decreto Municipal n. 0703/GAB/PMJP/2026 e Decreto Municipal n. 004/GAB/PMJP/2026**, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que realizará licitação na modalidade de **PREGÃO** na forma eletrônica, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, modo de disputa **ABERTO**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, demais regulamentos vinculados aos procedimentos licitatórios e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 29 de maio de 2026, às 09h30min.** (Horário de Brasília - DF)

**LOCAL (endereço eletrônico):** Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**UASG:** 980005

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3278/2026 – SEMED**

**OBJETO:** Contratação de empresa seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação de serviços de seguro auto frota com assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando à proteção dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO (SEMED), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**1. A licitação será realizada em 33 (trinta e três) itens, conforme tabela constante do ANEXO II do Edital – Carta Proposta.**

- Todos os itens são **DESTINADOS À AMPLA PARTICIPAÇÃO**.

**1.1.** Em caso de **discordância existente** entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico - comprasnet/catmat, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, **prevalecerão às últimas**.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**2.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

**2.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como **firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances**, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**2.5.** Existindo itens de participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a obtenção do benefício fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda **não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.**

**2.6.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.7.** **Não poderão** disputar esta licitação:

**2.7.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**2.7.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**2.7.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**2.7.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação **em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

**2.7.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**2.7.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**2.7.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**2.7.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;

**2.7.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**2.7.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**2.8.** O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, **com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada**, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**2.9.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**2.10.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**2.11.** O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

**2.12.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou

jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**2.13.** A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**3.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**3.2.** Os licitantes encaminharão, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**3.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

**3.4.** No cadastramento da proposta inicial, **o licitante declarará, em campo próprio do sistema**, que:

**3.4.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**3.4.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**3.4.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**3.4.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**3.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**3.6.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa **deverá declarar**, ainda, **em campo próprio do sistema eletrônico**, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, **observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021**.

**3.6.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

**3.6.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**3.7.** A **falsidade da declaração** de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**3.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**3.9.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**3.10.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, **após a fase de envio de lances.**

**3.11.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**3.11.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

**3.11.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**3.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**3.12.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

**3.12.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

**3.13.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

**3.14.** **Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

**3.15.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

**4.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**4.1.1.** Valor **total**;

**4.1.2.** Marca;

**4.1.3.** Fabricante;

**4.1.4.** Quantidade.

**4.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**4.2.1.** O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta **em quantitativo** inferior ao máximo previsto para contratação.

**4.3.** Nos valores propostos estarão **inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros** que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**4.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, **sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.**

**4.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

**4.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento **serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.**

**4.7.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em **conformidade com o que dispõe o Termo de Referência – Anexo I e a Carta Proposta - Anexo II do Edital**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado

nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**4.7.1.** O prazo de validade da proposta **não será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

**4.7.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

**4.8.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso **verificada a ocorrência de superfaturamento por sobre preço na execução do contrato**.

**4.9.** O município de Ji-Paraná-RO efetuará a retenção do Imposto de Renda eventualmente incidentes sobre o valor de bens, prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, conforme previsto no Decreto Municipal nº 1.330/23, observado cada caso específico tendo como base a Instrução Normativa RF 1.234/2012 e suas alterações.

**4.10.** Caberá a Contratada destacar na Nota Fiscal dos tributos que eventualmente incidam sobre o valor do bem ou serviço objeto do Edital, nos termos previstos do Decreto Municipal nº 1.330/2023 e Instrução Normativa RB nº 1.234/23.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**5.1.** A **abertura** da presente licitação **dar-se-á automaticamente** em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**5.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, **até a abertura da sessão pública**.

**5.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**5.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**5.5.** O lance deverá ser ofertado pelo **valor total**

**5.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**5.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**5.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.

**5.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecúvel.

**5.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

**5.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**5.11.1.** A **etapa de lances** da sessão pública terá **duração de dez minutos** e, após isso, será **prorrogada automaticamente pelo sistema** quando houver lance ofertado **nos últimos dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**5.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

- 5.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), **o pregoeiro**, auxiliado pela equipe de apoio, **poderá admitir o reinício da disputa aberta**, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 5.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 5.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 5.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 5.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
- 5.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.
- 5.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15.** **Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.**

**5.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**5.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**5.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**5.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**5.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**5.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.21.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.21.1.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

**5.21.1.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**5.21.1.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**5.21.1.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**5.21.1.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**5.21.2.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**5.21.2.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**5.21.2.2.** empresas brasileiras;

**5.21.2.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

**5.21.2.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

**5.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado **permanecer acima do preço máximo** ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

**5.22.1.** Caso a licitante não se manifeste no prazo máximo de até **10 (dez) minutos** através do **CHAT MENSAGEM ao ser convocada**, ou não aceite negociar pelo valor proposto, poderá o Pregoeiro (a) desclassificar a licitante no item que não se manifestou ou cujo preço permaneça superior ao estimado pela Controladoria Geral de Preços da Prefeitura Municipal de Ji-Paraná.

**5.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

**5.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

**5.22.5.** O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários **à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados**.

**5.22.6.** É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**5.23.** Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA FASE DE JULGAMENTO**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**6.1.1.** SICAF;

**6.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**6.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**6.1.4.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Estado de Rondônia – CAGEFIMP;

**6.1.5.** Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com o Município de Ji-Paraná-RO

**6.2.** A consulta aos cadastros será realizada **em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário**, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**6.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de **Ocorrências Impeditivas Indiretas**, o Pregoeiro diligenciará para verificar **se houve fraude** por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

**6.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**6.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**6.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**6.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 3.6 deste edital.**

**6.5.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**6.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**6.6.1.** conter vícios insanáveis;

**6.6.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**6.6.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**6.6.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.6.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**6.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

**6.7.1.** A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**6.7.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**6.7.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

**6.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobre preço considerará o seguinte:**

**6.8.1.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi - integrada ou integrada, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado;

**6.8.2.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobre preço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

**6.8.3.** No caso de **serviços de engenharia**, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado** pela Administração, independentemente do regime de execução.

**6.8.4.** Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a **85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração**, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

**6.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.**

**6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.**

**6.10.1.** Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-

integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

**6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta.** A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

**6.11.1.** O ajuste de que trata este dispositivo **se limita a sanar erros ou falhas** que não alterem a substância das propostas;

**6.11.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

**6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do bem, serviço ou da área especializada no objeto.**

**6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra,** o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

**6.14.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

**6.15.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**6.16.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

**6.17.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## **7. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**7.1.** Os documentos previstos no **ANEXO III deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

**7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

**7.2.** Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

**7.3.** Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

**7.4.** Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

**7.4.1.** Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou documentos digitais.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou **declaração de que atende aos requisitos de habilitação**, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos** para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, **declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais **quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.** (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

7.12. A **verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do ANEXO III deste Edital somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, nos termos da Lei 14.133/21, art. 64 e IN 73/2022, art. 39, §4º, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência**, para:

7.14.1. complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados** pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. atualização de documentos cuja **validade tenha expirado** após a data de recebimento das propostas;

**7.15. Na análise dos documentos de habilitação, poderá ser sanado erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.**

**7.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

**7.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

**7.18.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**7.19.** Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **8. DOS RECURSOS**

**8.1.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.** O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

**8.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

**8.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser **manifestada imediatamente**, sob pena de preclusão;

**8.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer **não será inferior a 10 (dez) minutos**.

**8.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

**8.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

**8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.**

**8.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **03 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

**8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

**8.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de **03 (três) dias úteis**, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**8.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.**

**8.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados sítio eletrônico [www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br) - Portal da Transparência.

## **9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**9.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**9.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

- 9.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
- 9.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 9.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 9.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 9.1.2.4.** deixar de apresentar amostra;
  - 9.1.2.5.** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 9.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 9.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 9.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação
- 9.1.5.** fraudar a licitação
- 9.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 9.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 9.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 9.1.6.3.** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 9.1.7.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 9.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 9.2.** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 9.2.1.** advertência;
  - 9.2.2.** multa;
  - 9.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
  - 9.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 9.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 9.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 9.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
  - 9.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 9.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 9.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 9.4.** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo estabelecido na comunicação oficial expedida pelo órgão sancionador.
- 9.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.2.** Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
  - 9.4.3.** Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor contratado, limitada a 10% (dez por cento), em caso de atraso injustificado na emissão e apresentação das apólices securitárias.
- 9.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 9.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 9.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a

imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente municipal a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

**9.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**9.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**9.10.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**9.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**9.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**9.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**9.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**10.1.** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame**.

**10.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até **03 (três) dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**10.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do endereço eletrônico [supecol@ji-parana.ro.gov.br](mailto:supecol@ji-parana.ro.gov.br) e confirmado através do telefone/WhatsApp (69) 9-9975-2759, das 7:30hs às 13:30hs (horário local).

**10.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**10.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e será motivada pelo (a) pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

**10.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**11.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**11.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

**11.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF, salvo expressamente consignado outro parâmetro.

**11.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**11.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**11.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**11.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, **excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.**

**11.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.**

**11.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ji-parana.ro.gov.br/>

**11.11.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**11.11.1.** ANEXO I - Termo de Referência;

*11.11.1.1. Apêndice do Termo de Referência*

**11.11.2.** ANEXO II – Carta Proposta (modelo);

**11.11.3.** ANEXO III – Documentos para fins de Habilitação;

*11.11.3.1. ANEXO III – A – Modelo de Declaração*

**11.11.4.** ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

## **15.1. DO FORO**

**15.1.1.** As partes elegem o **Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO**, em detrimento de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para julgar toda e qualquer demanda oriunda do presente Edital.

Ji-Paraná, 12 de maio de 2026.

### **ELABORADO POR:**

**Danielly Melo De Souza**

Equipe de Apoio

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026

### **RESPONSÁVEL:**

**Willian Gabriel Resende Matias**

Pregoeiro

Decreto nº 0703/GAB/PMJP/2026



Estado de Rondônia  
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
Secretaria Municipal da Educação



TERMO DE REFERÊNCIA

**CAPÍTULO I – CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação de serviços de seguro auto frota com assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando à proteção dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO (SEMED), pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do ETP e deste Termo de Referência.

ORD	MARCA	MODELO	ANO	PATRI MÔNIO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	COMBUSTÍVEL
01	MARCOPOLO	ONIBUS VOLARE V8L 4X4 EO (T. ESCOLAR AMARELO)	2016/2016	119566	NDC9E23	01109929576	93PB58M1MGC057013	DIESEL S-10
02	IVECO	ONIBUS GRANCLASS 150S21E (T.	2016/2017	11956	NDO3654	01109927930	93ZA01LF0H8930657	DIESEL S-10
03	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS NEOBUS MINI (AMARELO)	2016/2017	119564	NDO3694	01109931384	9532M52PXHR706934	DIESEL S-10
04	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (BRANCO)	2018/2019	127594	NEF9161	01177768167	9BGKS48V0KG253259	GASOLINA
05	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (PRETO)	2018/2018	127593	NEF9191	01177772636	9BGKS48V0KG179739	GASOLINA
06	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (BRANCO)	2018/2019	127592	NEF9481	01177765419	9BGKS48V0KG254914	GASOLINA
07	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132621	OHR9E52	01226398453	93PB54M32LC063070	DIESEL S-10
08	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132625	OHR9E62	01226399743	93PB54M32LC063097	DIESEL S-10
09	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132622	OHR9F32	01226401314	93PB54M32LC063071	DIESEL S-10
10	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132620	OHR9F52	01226448850	93PB54M32LC063100	DIESEL S-10
11	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132618	OHR9F82	01226430926	93PB54M32LC063066	DIESEL S-10
12	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132619	OHR9G12	01226433062	93PB54M32LC063072	DIESEL S-10
13	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132624	OHS0H42	01226555605	93PB54M32LC063101	DIESEL S-10
14	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132627	OHS1H42	01226593868	93PB54M32LC063095	DIESEL S-10
15	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132626	OHS1H52	01226590885	93PB54M32LC063096	DIESEL S-10
16	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132628	OHS3A32	01226743959	93PB54M32LC063099	DIESEL S-10





Estado de Rondônia  
Prefeitura Municipal de Ji-Paraná  
Secretaria Municipal da Educação



17	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132629	OHS3A42	01226743460	93PB54M32LC063098	DIESEL S-10
18	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132623	OHS4C72	01226826447	93PB54M32LC063073	DIESEL S-10
19	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2019/2020	130155	QTA4575	01214219630	8AJDA3CD0L1811499	DIESEL S-10
20	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2019/2020	130154	QTC8374	01213207816	8AJDA3CDXL1811476	DIESEL S-10
21	HILUX	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2018/2019	127596	QTH1840	01177659392	8AJDA8CD1K1879340	DIESEL S-10
22	TOYOTA	HILUX CDLOWN4FD (BRANCO)	2018/2018	127595	QTH1150	01177659732	8AJDAS8CD7K1879360	DIESEL S-10
23	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142291	RSY0C46	01321231277	8AJKA3CDXN3102674	DIESEL S-10
24	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142285	RSY0C76	01321232753	8AJKA3CD2N3103026	DIESEL S-10
25	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142293	RSY0C86	01321233580	8AJKA3CD5N3102968	DIESEL S-10
26	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142290	RSY0D46	01321235272	8AJKA3CDXN3102660	DIESEL S-10
27	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142292	RSY0D96	01321236074	8AJKA3CD5N3102758	DIESEL S-10
28	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142286	RSY0E26	01321237291	8AJKA3CD7N3102700	DIESEL S-10
29	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142287	RSY0E56	01321238875	8AJKA3CD8N3102821	DIESEL S-10
30	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142289	RSY0E76	01321241132	8AJKA3CD5N3102954	DIESEL S-10
31	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142284	RSY0E96	01321242864	8AJKA3CD5N3102744	DIESEL S-10
32	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO CARGO 1016 (AMARELO)	2021/2021	129047	RSZ7I99	01287710570	9BM979076MB221211	DIESEL S-10
33	VOLVO	CAMINHÃO VM290 4x2R	2025/2025		TVC0I28	01456152570	93KP0Y1AXSE210867	DIESEL S-10

## 1.2. Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

O objeto da presente contratação classifica-se como **serviço comum**, nos termos do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de serviço amplamente ofertado no mercado segurador, cujas características, padrões de desempenho, qualidade e condições de execução podem ser **objetivamente definidos** neste Termo de Referência, sem a necessidade de soluções técnicas singulares ou desenvolvimento tecnológico específico.

A contratação de seguro auto frota não envolve elevada complexidade técnica, pois suas coberturas, assistências e condições são padronizadas, reguladas por normas da **Superintendência de Seguros**





**Privados – SUSEP**, sendo plenamente comparáveis entre os fornecedores habilitados, o que permite julgamento objetivo das propostas.

### 1.3. Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

Quanto ao modelo de execução, o objeto será executado de forma **indireta**, mediante contratação de empresa seguradora especializada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A execução contratual consistirá na **emissão e manutenção de apólices de seguro auto frota**, com cobertura contínua durante o período de vigência contratual, incluindo a prestação de assistência 24 horas e a regulação de sinistros, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

### 1.4 Vigência

A presente contratação contempla a prestação de serviços de seguro veicular para a frota oficial pertencente à Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO, conforme quantitativos e especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato ou emissão da respectiva ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública e mantidas as condições inicialmente pactuadas.

## CAPÍTULO II – FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

### 2.1. Fundamentação

A presente contratação fundamenta-se nos princípios e dispositivos estabelecidos na **Lei Federal nº 14.133/2021**, que impõem à Administração Pública o dever de **planejar adequadamente suas contratações**, justificar a necessidade do objeto, definir a solução mais vantajosa e assegurar a correta execução e fiscalização do contrato.

A contratação decorre de necessidade previamente identificada e formalizada por meio de **Documento de Formalização de Demanda (DFD)**, inserida no **Plano de Contratações Anual (PCA)** da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO, e analisada no respectivo **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, que concluiu pela viabilidade técnica, econômica e jurídica da contratação de **seguro auto frota com assistência 24 horas**.

A fundamentação também se apoia nas normas que regem o mercado securitário, em especial aquelas expedidas pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, as quais disciplinam a operação das seguradoras e garantem a regularidade, solvência e capacidade técnica das empresas que atuam nesse segmento.





## 2.2. Descrição da Necessidade

A Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná possui frota própria de veículos utilizada de forma contínua e essencial para o desenvolvimento de suas atividades institucionais, notadamente o **transporte escolar**, o apoio logístico às unidades de ensino, a supervisão pedagógica e o deslocamento administrativo.

A inexistência de cobertura securitária adequada expõe a Administração a **riscos financeiros elevados**, decorrentes de eventuais sinistros, como colisões, incêndios, furtos, roubos e danos causados a terceiros, além de comprometer a **continuidade dos serviços públicos educacionais**.

Diante desse cenário, mostra-se necessária a contratação de **empresa seguradora especializada**, devidamente autorizada pela SUSEP, para assumir os riscos patrimoniais relacionados à frota oficial, garantindo **proteção integral dos veículos**, atendimento emergencial permanente e regulação adequada de sinistros.

A contratação do seguro auto frota permite à Administração **transferir riscos**, assegurar previsibilidade orçamentária e manter a operacionalidade da frota, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## 2.3. Impactos Esperados

Com a contratação pretendida, espera-se alcançar os seguintes impactos positivos:

- **proteção do patrimônio público veicular**, reduzindo perdas financeiras decorrentes de sinistros;
- **continuidade e regularidade dos serviços educacionais**, especialmente do transporte escolar;
- **previsibilidade e controle orçamentário**, evitando despesas extraordinárias não planejadas;
- **redução de riscos administrativos e jurídicos**, com adequada transferência de responsabilidades à seguradora;
- **maior segurança para servidores, alunos e demais usuários** dos veículos oficiais.

Os impactos esperados evidenciam que a contratação atende de forma direta e proporcional às necessidades da Administração, contribuindo para o fortalecimento da gestão pública e a adequada prestação dos serviços educacionais.

## CAPÍTULO III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de **empresa seguradora especializada**, devidamente autorizada pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para a prestação de serviços de **seguro auto frota com assistência 24 (vinte e quatro) horas**, abrangendo todos os veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO (SEMED), pelo período de **12 (doze) meses**.

A solução foi definida com base no Estudo Técnico Preliminar, que demonstrou ser esta





a alternativa **tecnicamente viável, economicamente vantajosa e juridicamente adequada** para mitigar os riscos patrimoniais e operacionais associados à utilização contínua da frota oficial.

### 3.1. Componentes da Solução

A solução adotada compreende a contratação de empresa seguradora especializada para fornecimento de apólices de seguro destinadas aos veículos pertencentes à frota oficial da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO, contemplando as coberturas securitárias necessárias à adequada proteção patrimonial e operacional dos veículos utilizados na execução das atividades institucionais.

As coberturas, limites, serviços agregados e demais requisitos técnicos do seguro encontram-se **devidamente especificados no item 4.1 – Requisitos Técnicos dos Bens**, o qual estabelece de forma detalhada as condições mínimas que deverão ser observadas pela seguradora contratada.

Assim, o presente item limita-se à descrição da estrutura da solução, enquanto as **condições técnicas, coberturas obrigatórias, limites de indenização e demais exigências operacionais** encontram-se disciplinadas no referido item específico deste Termo de Referência.

### 3.2. Forma de Execução

A execução do objeto ocorrerá de forma **indireta**, mediante contratação de empresa seguradora especializada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A execução consistirá na **emissão, manutenção e gestão das apólices de seguro**, assegurando cobertura contínua durante toda a vigência contratual, bem como na prestação dos serviços de assistência e regulação de sinistros, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência, no contrato e nas normas da SUSEP.

A Administração acompanhará e fiscalizará a execução contratual por meio de servidor designado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 3.3. Benefícios Esperados

A adoção da solução proposta proporcionará os seguintes benefícios à Administração Pública:

- **proteção integral do patrimônio público veicular**, com adequada transferência de riscos;





- **continuidade dos serviços educacionais**, especialmente do transporte escolar;
- **previsibilidade orçamentária**, evitando gastos emergenciais e não planejados;
- **redução de riscos jurídicos e administrativos**, mediante cobertura securitária adequada;
- **maior segurança para servidores, alunos e demais usuários** dos veículos oficiais;
- **eficiência na gestão da frota**, com atendimento rápido em situações de sinistro ou pane.

Os benefícios esperados evidenciam que a solução atende plenamente ao interesse público e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

#### **CAPÍTULO IV – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos a seguir estabelecidos definem as condições mínimas indispensáveis para a adequada execução do objeto, assegurando que a contratação atenda às necessidades da Administração, observe os princípios da legalidade, eficiência e economicidade e esteja em conformidade com a legislação vigente.

##### **4.1. Requisitos Técnicos dos Bens**

A contratação deverá contemplar a prestação de **serviço de seguro auto frota**, abrangendo todos os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO, conforme relação constante nos autos do processo, observando, no mínimo, os seguintes requisitos técnicos:

- cobertura de **casco abrangente**, incluindo colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a **100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE** vigente à data do sinistro;
- cobertura de **Responsabilidade Civil Facultativa – RCF**, para danos materiais e corporais causados a terceiros, nos limites definidos neste Termo de Referência;
- cobertura de **Acidentes Pessoais por Passageiro – APP**, para morte e invalidez permanente;
- cobertura adicional para **vidros, faróis, lanternas e retrovisores**, conforme condições contratuais;
- **assistência 24 (vinte e quatro) horas**, com abrangência nacional, compreendendo, no mínimo, socorro mecânico, reboque e transporte dos ocupantes do veículo;
- emissão de **apólice individual por veículo**, vinculada a contrato global, permitindo controle e rastreabilidade.

As coberturas e condições deverão estar em conformidade com as normas expedidas pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**.

##### **4.2. Requisitos de Garantia e Assistência Técnica**

A empresa contratada deverá garantir a adequada prestação dos serviços durante toda a vigência contratual, observando os seguintes requisitos:

- manutenção contínua da cobertura securitária durante o período de vigência do contrato;





- indenização dos sinistros conforme o valor de mercado do veículo, nos termos da apólice e da **Tabela FIPE**;
- observância dos prazos regulamentares para **regulação e liquidação de sinistros**, conforme normas da SUSEP;
- disponibilização de **central de atendimento 24 horas**, por meio telefônico e/ou eletrônico;
- prestação de serviços de assistência técnica e operacional de forma ininterrupta.

#### 4.3. Requisitos Legais e Administrativos

A empresa a ser contratada deverá atender integralmente aos requisitos legais e administrativos previstos na legislação vigente, especialmente:

- possuir **registro ativo e regular junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para operar no ramo de seguro de veículos automotores;
- comprovar **regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária**, na forma da legislação aplicável;
- apresentar **atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível(is) com o objeto da contratação;
- não estar impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- cumprir as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital, do contrato e das normas do setor securitário.

#### 4.4. Requisitos Ambientais e Sustentáveis (quando aplicável)

A contratação possui natureza predominantemente administrativa, não envolvendo, de forma direta, atividades potencialmente poluidoras. Ainda assim, deverão ser observadas, quando aplicáveis, as seguintes diretrizes ambientais e de sustentabilidade:

- utilização de **oficinas credenciadas** que observem a legislação ambiental vigente;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos decorrentes de reparos;
- incentivo à manutenção preventiva da frota, contribuindo para a redução de impactos ambientais indiretos;
- observância às boas práticas de sustentabilidade, conforme políticas públicas aplicáveis.

### CAPÍTULO V - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Unidade: 020602 Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

Funcional: 12.361. 0004.2102.000 - Manutenção e Conservação da Frota Própria de Veículos

Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

**Ficha 242**

### CAPÍTULO VI – MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto terá início a partir da **assinatura do contrato** ou do **recebimento da nota de empenho**, conforme definido no instrumento contratual.

A contratada deverá:





- emitir as **apólices de seguro** no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos**, contados da formalização do contrato ou do empenho;
- garantir que a cobertura securitária tenha **vigência contínua**, sem interrupções;
- encaminhar as apólices e respectivos comprovantes de cobertura à Administração, por meio físico ou eletrônico, conforme indicado.

## 6.2. Execução dos Serviços de Seguro

A execução consistirá na prestação contínua dos serviços de seguro auto frota, abrangendo:

- manutenção das coberturas contratadas durante toda a vigência;
- atendimento às ocorrências de sinistro, pane ou emergência;
- regulação e liquidação de sinistros conforme normas da SUSEP;
- prestação de assistência 24 horas, de forma ininterrupta.

A contratada deverá assegurar que todos os veículos incluídos na frota estejam devidamente cobertos, conforme a relação fornecida pela Administração.

## 6.3. Gestão das Apólices e Endossos

Durante a vigência contratual, a Administração poderá solicitar:

- **inclusão de novos veículos;**
- **exclusão de veículos;**
- **substituição de veículos.**

Tais alterações deverão ser formalizadas por meio de **endosso**, observados os limites legais e contratuais, sem prejuízo da continuidade da cobertura.

A contratada deverá emitir os endossos correspondentes em prazo compatível, garantindo a atualização das apólices.

## 6.4. Atendimento a Sinistros e Assistência 24 Horas

Em caso de sinistro ou pane, a contratada deverá:

- disponibilizar **canal de atendimento 24 horas**, para comunicação imediata da ocorrência;
- providenciar **socorro mecânico, reboque ou transporte do veículo**, conforme previsto na apólice;
- orientar a Administração quanto à documentação necessária para a regulação do sinistro;
- cumprir os prazos regulamentares para análise, regulação e pagamento das indenizações.

O atendimento deverá ocorrer em **todo o território nacional**, inclusive em áreas rurais.

## 6.5. Fiscalização e Acompanhamento da Execução

A fiscalização do contrato será exercida por servidor designado, responsável por:

- verificar a conformidade das apólices com as condições contratuais;
- acompanhar a prestação dos serviços de assistência e a regulação de sinistros;
- registrar ocorrências e eventuais não conformidades;
- comunicar à autoridade competente situações que possam ensejar aplicação de sanções.

A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada.





## 6.6. Recebimento e Aceitação dos Serviços

O recebimento dos serviços dar-se-á mediante:

- conferência das apólices emitidas;
- verificação da adequação das coberturas contratadas;
- confirmação da vigência e da assistência 24 horas.

Constatada qualquer desconformidade, a Administração poderá exigir correção imediata ou adotar as medidas administrativas cabíveis.

## 6.7. Vigência da Execução

A execução do contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de início da cobertura indicada na apólice, podendo ser prorrogada nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse público e disponibilidade orçamentária.

# CAPÍTULO VII – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

## 7.1. Execução Contratual

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas, o presente Termo de Referência, o contrato administrativo e as disposições da **Lei nº 14.133/2021**, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

## 7.2. Suspensão, Paralisação ou Impedimento da Execução

Em caso de impedimento, suspensão ou interrupção da execução contratual por motivo devidamente justificado, os prazos contratuais poderão ser ajustados pelo tempo correspondente, mediante justificativa formal da Administração, com registro por **apostilamento ou termo aditivo**, conforme o caso e nos termos da legislação vigente.

## 7.3. Comunicações Oficiais

As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas, preferencialmente, **por escrito**, admitindo-se o uso de meios eletrônicos oficiais, sempre que compatíveis com a natureza do ato.

## 7.4. Convocação da Contratada

A Administração poderá convocar representante da empresa contratada sempre que necessário para a adoção imediata de providências relacionadas ao fiel cumprimento do contrato, especialmente quanto à emissão de apólices, endossos, regulação de sinistros ou prestação de assistência.

## 7.5. Reunião Inicial de Execução Contratual

Após a assinatura do contrato, a Administração poderá realizar **reunião inicial de execução**, com a finalidade de alinhar procedimentos operacionais, abordando, no mínimo:

- obrigações contratuais das partes;
- fluxos de comunicação e acionamento da seguradora;





- procedimentos para abertura e acompanhamento de sinistros;
- prazos de regulação e indenização;
- mecanismos de fiscalização e acompanhamento;
- sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

## Preposto da Contratada

### 7.6. Designação de Preposto

A contratada deverá designar formalmente **preposto ou representante técnico**, antes do início da execução contratual, com poderes para representá-la perante a Administração, prestar esclarecimentos e adotar providências relacionadas à execução do contrato.

### 7.7. Atuação do Preposto

O preposto deverá manter **disponibilidade permanente de comunicação**, não sendo exigida presença física contínua, em razão da natureza securitária do objeto, devendo atuar sempre que demandado pela Administração.

### 7.8. Substituição do Preposto

A Administração poderá, de forma motivada, recusar ou solicitar a substituição do preposto indicado, devendo a contratada proceder à nova designação em prazo razoável.

## Fiscalização do Contrato

### 7.9. Designação de Fiscalização

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por **servidor(es) designado(s)** pela Secretaria Municipal de Educação, nos termos **da Lei nº 14.133/2021**, podendo haver fiscais substitutos.

## Fiscalização Técnica

### 7.10. Competência do Fiscal Técnico

O fiscal técnico acompanhará a execução contratual, verificando:

- a emissão e validade das apólices;
- a conformidade das coberturas contratadas;
- a prestação dos serviços de assistência 24 horas;
- a regulação e liquidação de sinistros.

### 7.11. Registro das Ocorrências

O fiscal técnico registrará no **histórico de gestão do contrato** todas as ocorrências relevantes, inclusive atrasos, falhas, comunicações e providências adotadas.

### 7.12. Notificação de Irregularidades

Identificada qualquer irregularidade, o fiscal técnico emitirá **notificação formal** à contratada, fixando prazo para saneamento.

### 7.13. Comunicação ao Gestor

Situações que demandem decisão superior serão comunicadas tempestivamente ao gestor do contrato.

### 7.14. Risco à Execução

Ocorrências que possam comprometer a execução contratual ou a continuidade da cobertura securitária deverão ser comunicadas imediatamente ao gestor do contrato.

### 7.15. Encerramento Contratual





O fiscal técnico informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término da vigência contratual, para avaliação quanto à prorrogação ou adoção de nova contratação.

#### **7.16. Rotinas de Fiscalização**

A fiscalização abrangerá, no mínimo:

- I – verificação da vigência e continuidade das apólices;
- II – conferência das coberturas contratadas;
- III – acompanhamento dos prazos de regulação e indenização;
- IV – registro e acompanhamento dos sinistros ocorridos;
- V – verificação da prestação da assistência 24 horas;
- VI – análise de endossos realizados durante a vigência;
- VII – emissão de relatórios técnicos sempre que necessário.

#### **7.17. Responsabilidade da Contratada**

A fiscalização exercida pela Administração **não exclui nem reduz** a responsabilidade da contratada pela execução do objeto, inclusive perante terceiros, nos termos da legislação vigente.

#### **Fiscalização Administrativa**

##### **7.18. Competência do Fiscal Administrativo**

O fiscal administrativo acompanhará:

- manutenção das condições de habilitação;
- regularidade fiscal e jurídica;
- empenho, liquidação e pagamento;
- apostilamentos e termos aditivos.

##### **7.19. Atuação em Caso de Descumprimento**

Constatado descumprimento contratual, o fiscal administrativo comunicará o gestor do contrato para adoção das providências cabíveis.

#### **Gestor do Contrato**

##### **7.20. Atribuições do Gestor**

Compete ao gestor do contrato coordenar a gestão e fiscalização, mantendo atualizado o processo administrativo com todos os registros da execução.

##### **7.21. Acompanhamento das Ocorrências**

O gestor acompanhará as ocorrências registradas pelos fiscais e adotará as providências necessárias.

##### **7.22. Habilitação e Pagamentos**

O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação para fins de pagamento.

##### **7.23. Avaliação de Desempenho**

Emitirá relatório quanto ao cumprimento das obrigações contratuais e ao desempenho da contratada.

##### **7.24. Sanções**

O gestor proporá a instauração de processo administrativo sancionador, quando cabível, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

##### **7.25. Relatório Final**





Elaborará relatório final sobre os resultados da contratação.

#### 7.26. Encaminhamento para Pagamento

Providenciará o encaminhamento da documentação necessária à liquidação e pagamento.

#### 7.27. Encaminhamentos Específicos

Os itens relativos a **relações trabalhistas, assédio, frequência de empregados não se aplicam** ao objeto de seguro e **foram suprimidos**, por incompatibilidade material.

### CAPÍTULO VIII – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

#### 8.1. Premissas Gerais

A medição e o pagamento dos serviços contratados observarão o disposto na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente quanto às regras de liquidação da despesa, ao recebimento do objeto, à comprovação da efetiva prestação do serviço e à vinculação do pagamento ao adimplemento contratual.

Considerando que o objeto consiste em **seguro auto frota** — serviço de natureza continuada, formalizado mediante apólices e garantido durante a vigência contratual —, os critérios de medição serão baseados na **emissão, conferência e manutenção da cobertura securitária**, bem como na disponibilidade efetiva dos serviços de assistência e na adequada regulação de sinistros.

#### 8.2. Unidade de Medição

A unidade de medição adotada será:

- **por veículo segurado (apólice individual)**, vinculado ao contrato global; e
- **por período de vigência anual**, correspondente a **12 (doze) meses** de cobertura.

A medição considerará a frota efetivamente coberta e vigente, conforme relação oficial de veículos segurados e eventuais endossos emitidos durante o contrato.

#### 8.3. Critérios de Medição (Condições de Aferição)

A medição do serviço será realizada mediante verificação documental e operacional, observando os seguintes critérios mínimos:

##### 8.3.1. Medição Inicial (Ativação do Contrato)

Será considerada medição inicial válida quando a contratada:

- a) emitir e apresentar à Administração as **apólices de todos os veículos** constantes da relação fornecida pela SEMED;
- b) comprovar o início da vigência das coberturas, sem lacunas, com as condições exigidas no TR;
- c) disponibilizar os **canais de atendimento 24 horas** e demais meios de acionamento da assistência;
- d) apresentar demonstrativo consolidado contendo a relação de veículos segurados, vigência, coberturas e prêmios.

##### 8.3.2. Medição de Manutenção da Cobertura (Durante a Vigência)

A medição durante a vigência contratual considerará:

- a) **continuidade da cobertura securitária** (ausência de suspensão, cancelamento ou restrição indevida);





- b) cumprimento das obrigações relativas à **assistência 24 horas**, com atendimento efetivo quando acionada;
- c) emissão tempestiva de **endossos** (inclusão/exclusão/substituição de veículos) sempre que solicitado pela Administração;
- d) regularidade nos procedimentos de **regulação e liquidação de sinistros**, conforme prazos e condições da apólice e normas SUSEP;
- e) fornecimento, quando solicitado, de relatórios ou informações necessárias à fiscalização.

### 8.3.3. Medição de Ocorrências (Sinistros e Assistência)

Quando houver sinistro ou acionamento da assistência, a fiscalização registrará:

- data/hora do acionamento;
- tempo de resposta e providência adotada;
- situação do processo de regulação (quando aplicável);
- conclusão do atendimento e eventuais pendências.

Esse registro comporá o histórico contratual e poderá subsidiar glosas, sanções ou medidas corretivas, se constatada falha da contratada.

### 8.4. Condições para Recebimento (Atesto)

O recebimento e atesto dos serviços dependerão de:

- conferência das apólices emitidas (coberturas, limites, vigência e identificação correta do órgão/contratante);
- verificação da aderência às exigências do TR e do contrato;
- confirmação de que os canais de atendimento e assistência estão ativos;
- confirmação da regularidade dos endossos, quando houver;
- inexistência de pendências graves não sanadas, especialmente aquelas que impliquem risco de interrupção de cobertura.

O atesto será formalizado pelo fiscal do contrato, com ciência do gestor, integrando o processo de liquidação.

### 8.5. Forma de Pagamento

O pagamento poderá ser realizado em **parcela única anual** ou, se definido no edital/contrato por conveniência administrativa, em **parcelas periódicas**, desde que assegurada a correspondência entre pagamento e cobertura efetivamente vigente.

#### 8.5.1. Pagamento em Parcela Única (Modelo preferencial)

O pagamento será efetuado após:

- emissão e apresentação das apólices e condições contratuais;
- conferência e atesto do recebimento inicial;
- comprovação de vigência das coberturas.

#### 8.5.2. Pagamento Parcelado (Se adotado)

Caso adotado pagamento parcelado (mensal/trimestral), a liberação da parcela ficará condicionada à:

- comprovação de manutenção da cobertura no período;
- regularidade dos endossos do período (se houver);





- inexistência de descumprimentos graves.

### 8.6. Documentos Necessários para Pagamento

Para fins de pagamento, a contratada deverá apresentar, no mínimo:

- nota fiscal/fatura correspondente ao período contratado;
- cópia das apólices emitidas e, quando aplicável, dos endossos;
- demonstrativo de vigência e relação de veículos cobertos;
- certidões de regularidade fiscal e trabalhista, quando exigidas para liquidação (conforme rotina administrativa do Município);
- demais documentos eventualmente previstos no contrato.

### 8.7. Prazos de Pagamento

O pagamento será realizado no prazo previsto no contrato e nas normas internas do Município, após:

- atesto do fiscal do contrato;
- verificação documental pelo setor competente;
- liquidação da despesa.

### 8.8. Glosas, Retenção e Não Pagamento

A Administração poderá, de forma motivada, realizar **glosa** ou **reter pagamento** proporcional, quando constatadas inconformidades, tais como:

- apólice emitida em desacordo com as coberturas exigidas;
- ausência de vigência contínua ou interrupção injustificada da cobertura;
- não emissão de endosso solicitado, causando risco de ausência de cobertura;
- falha relevante e comprovada na assistência 24 horas;
- descumprimento reiterado de prazos de atendimento ou regulação imputável à contratada.

As glosas serão comunicadas formalmente, assegurando contraditório e oportunidade de saneamento.

### 8.9. Reajuste e Atualização Financeira (se aplicável no contrato)

O reajuste do valor contratual, quando previsto, observará o interregno mínimo legal e o índice indicado no edital/contrato, respeitando a legislação aplicável e a adequação ao mercado segurador.

Eventual atraso de pagamento por culpa da Administração poderá ensejar atualização financeira, conforme previsto contratualmente e na legislação vigente.

### 8.10. Disposições Finais

A medição e o pagamento foram estruturados para garantir:

- vínculo direto entre pagamento e efetiva cobertura securitária;
- rastreabilidade documental;
- controle e fiscalização eficientes;
- proteção do interesse público e prevenção de pagamentos indevidos.





## CAPÍTULO IX – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 9.2.4. Multa:
  - 9.2.4.1. Multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, sobre o valor contratado, pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, VII da Lei 14.133/2022 limitado a 20 dias. Após o vigésimo dia e a critério da Administração, poderá ser considerada inexecução total ou parcial do objeto;
  - 9.2.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, I e II da Lei 14.133/2021 (inexecução parcial do contrato);
  - 9.2.4.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado pelo cometimento de infração tipificada no art. 155, III da Lei 14.133/2021 (inexecução total do contrato).
  - 9.2.4.4. Multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso sobre o valor contratado, limitada a 10% (dez por cento), em caso de atraso injustificado na emissão e apresentação das apólices securitárias.

9.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**  
**Secretaria Municipal da Educação**



9.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.





9.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às penalidades aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e nos cadastros municipais instituídos pelo Poder Público, conforme regulamentação local, nos termos da legislação vigente.

9.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Os débitos do Contratado para com a Administração, resultantes de **multas administrativas e/ou indenizações**, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com créditos devidos pelo Contratante ao Contratado, **decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos mantidos com o órgão contratante**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## CAPÍTULO X – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

### 10.1. Enquadramento do Objeto e Adequação da Modalidade

O objeto desta contratação consiste na prestação de **serviço de seguro auto frota com assistência 24 horas**, cujas condições de cobertura, limites e requisitos podem ser **definidos de forma objetiva**, mediante especificações claras e padronizadas, conforme estabelecido no presente Termo de Referência.

Assim, o objeto se enquadra como **serviço comum**, permitindo julgamento objetivo das propostas e ampla competição entre seguradoras legalmente autorizadas, razão pela qual a contratação deverá ocorrer, preferencialmente, por **licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação aplicável no âmbito do Município, adotando-se o procedimento que melhor assegure competitividade, transparência e economicidade.

### 10.2. Forma de Seleção do Fornecedor

#### 10.2.1. Modalidade e Forma

A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, observadas as normas da Lei nº 14.133/2021, com ampla publicidade e disputa aberta, de modo a maximizar a competitividade.

#### 10.2.2. Critério de Julgamento

O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO**, na forma de **menor preço global** para a cobertura integral da frota pelo período de 12 (doze) meses.

A adoção do menor preço global é tecnicamente adequada porque:

- o objeto é contratado por **valor anual consolidado**;
- envolve coberturas padronizadas e previamente definidas;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**  
**Secretaria Municipal da Educação**



- evita fragmentação de preços por veículo que possa prejudicar a comparação e aumentar o custo administrativo;
- preserva economia de escala inerente à contratação de frota.

O critério de julgamento adotado para a presente contratação será o de MENOR PREÇO GLOBAL, considerando a necessidade de contratação integrada da cobertura securitária da totalidade da frota oficial da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO.

A adoção do julgamento global mostra-se técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, tendo em vista que a contratação de única seguradora possibilita padronização das apólices, uniformidade das coberturas securitárias, centralização dos procedimentos de assistência 24 horas, regulação de sinistros e gestão contratual, além de proporcionar maior eficiência administrativa e operacional.

O parcelamento do objeto e a eventual contratação de múltiplas seguradoras poderiam comprometer a padronização dos serviços, dificultar a fiscalização contratual, gerar conflitos operacionais entre diferentes apólices e ampliar os custos administrativos relacionados à gestão e acompanhamento da execução contratual.

Ademais, a contratação global da frota favorece a obtenção de economia de escala e melhores condições comerciais para a Administração, considerando o volume de veículos segurados e a natureza integrada da solução pretendida.

Dessa forma, nos termos do art. 40, §3º, incisos I e II, e do art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, resta devidamente justificada a adoção do critério de julgamento por menor preço global, diante da inviabilidade técnica e econômica do parcelamento da contratação.”

### **10.2.3. Modo de Disputa**

O modo de disputa deverá ser preferencialmente **aberto**, podendo ser adotado o **aberto e fechado**, conforme decisão motivada do agente de contratação/pregoeiro, considerando o comportamento do mercado e a estratégia de obtenção de proposta mais vantajosa.

## **10.3. Requisitos de Habilitação (Condições Mínimas de Participação)**

### **10.3.1. Habilitação Jurídica**

A licitante deverá comprovar habilitação jurídica conforme a legislação vigente, incluindo:

- ato constitutivo/estatuto/contrato social e alterações;
- prova de representação legal válida;
- demais documentos exigidos no edital.

### **10.3.2. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista**

A licitante deverá comprovar:

- regularidade perante Fazenda Federal, Estadual e Municipal;
- regularidade com FGTS;
- regularidade trabalhista (CNDT), quando aplicável;
- demais certidões exigíveis na forma do edital.

### **10.3.3. Qualificação Técnica (Essencial ao Objeto)**

Considerando a natureza do serviço, será exigido, como requisito indispensável:





- a) **Registro ativo e regular perante a SUSEP**, comprovando autorização para operar no ramo de **seguro de veículos automotores**, compatível com o objeto;
- b) **Atestado(s) de capacidade técnica**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) experiência satisfatória e compatível com a prestação de seguro para frota ou objeto similar, demonstrando aptidão para execução do contrato.

**Observação (TCE/PGM):** As exigências de qualificação técnica devem ser **estritamente relacionadas ao objeto e proporcionais**, de modo a não restringir indevidamente a competitividade.

#### 10.3.4. Qualificação Econômico-Financeira

A licitante deverá comprovar qualificação econômico-financeira na forma do edital, observados os parâmetros legais, podendo incluir:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis;
- índices e documentos permitidos pela Lei nº 14.133/2021.

**Nota técnica:** No caso de seguradoras, a regularidade SUSEP já implica verificação regulatória de solvência; ainda assim, a Administração poderá exigir os documentos previstos em lei, conforme o edital.

#### 10.4. Requisitos da Proposta Comercial (Condições de Aceitabilidade)

A proposta deverá apresentar, de forma clara e inequívoca:

- valor **global anual** do seguro para a frota;
- indicação expressa de que atende às **coberturas mínimas** do TR, incluindo:
  - casco 100% FIPE;
  - RCF (danos materiais e corporais) nos limites exigidos;
  - APP por passageiro;
  - assistência 24h com abrangência nacional e quilometragem ilimitada;
  - coberturas adicionais (vidros/lanternas/faróis/retrovisores), conforme TR;
- franquias (quando aplicável), descrevendo valores e condições;
- vigência da proposta e prazo de emissão das apólices;
- canais de atendimento 24h.

A proposta será considerada aceitável apenas se:

- atender integralmente às especificações técnicas;
- respeitar o valor estimado como referência de mercado;
- não conter cláusulas restritivas incompatíveis com o interesse público.

#### 10.5. Regime de Execução

A execução do contrato ocorrerá sob o regime de **execução indireta**, com contratação de empresa seguradora para assumir o risco e prestar os serviços, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Quanto ao regime econômico, adota-se o regime de **PREÇO GLOBAL**, tendo em vista que:

- o objeto é contratado por cobertura anual, em valor consolidado;
- a prestação é contínua e integrada;
- o pagamento se vincula à emissão e manutenção das apólices e coberturas;
- o modelo é o mais adequado para comparação objetiva e fiscalização.





## 10.6. Critérios Complementares de Seleção e Vedação a Direcionamento

A seleção do fornecedor deverá observar:

- critérios objetivos, previamente definidos no edital;
- vedação à imposição de exigências que restrinjam a competitividade sem justificativa técnica;
- vedação à indicação de marca, seguradora específica ou condições incompatíveis com o mercado;
- exigência apenas de requisitos estritamente relacionados ao objeto e necessários à garantia de execução.

## 10.7. Conclusão do Capítulo

Diante do enquadramento do objeto como **serviço comum** e da existência de mercado competitivo de seguradoras autorizadas, conclui-se que a forma de seleção por **Pregão Eletrônico**, com critério de julgamento **menor preço global**, e regime de execução **indireta por preço global**, é a opção mais adequada para assegurar a proposta mais vantajosa, com transparência, isonomia e plena aderência à Lei nº 14.133/2021.

## CAPÍTULO XI – DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

### 11.1. Base Legal e Finalidade

A estimativa do valor da contratação foi elaborada para atender às exigências da **Lei nº 14.133/2021**, notadamente quanto ao dever de planejamento, definição do orçamento estimado e adoção de parâmetros de mercado compatíveis com o objeto, a fim de prevenir sobrepreço, superfaturamento e contratações antieconômicas.

### 11.2. Metodologia Utilizada

A estimativa foi obtida por meio de **cotação formal de mercado**, consolidada no documento denominado “**Estimativa**”, considerando:

- a frota oficial da SEMED, totalizando **33 (trinta e três) veículos**;
- vigência de **12 (doze) meses**;
- coberturas mínimas definidas no ETP/TR (casco 100% FIPE, RCF, APP, assistência 24h e demais itens).

### 11.3. Critérios de Composição do Valor

O valor estimado considera:

- prêmios calculados por veículo, conforme tipologia e risco;
- coberturas e limites previstos no TR;
- assistência 24h com abrangência nacional;
- consolidação do custo total anual da frota.

### 11.4. Valor Estimado





O valor estimado para a contratação é de **R\$ 149.153,58 (cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)**, correspondente ao custo anual consolidado da cobertura securitária integral, conforme cotação formal anexada.

#### **11.5 – Memória de Cálculo e Documentos de Suporte**

O valor estimado da contratação foi obtido mediante cotação formal apresentada por empresa especializada no ramo securitário, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, contemplando a totalidade da frota oficial da Secretaria Municipal de Educação.

A composição do valor global estimado considerou análise individualizada dos veículos pertencentes à frota municipal, observando-se:

- I – marca, modelo, categoria e ano de fabricação dos veículos;
- II – valor de mercado referenciado na Tabela FIPE;
- III – tipo e extensão das coberturas securitárias exigidas;
- IV – cobertura abrangente correspondente a 100% (cem por cento) da FIPE;
- V – cobertura de responsabilidade civil facultativa – RCF;
- VI – cobertura de acidentes pessoais por passageiros – APP;
- VII – assistência 24 horas com quilometragem ilimitada;
- VIII – valores de franquia aplicáveis;
- IX – perfil operacional e características de utilização da frota oficial.

A memória de cálculo do valor estimado encontra-se demonstrada na cotação formal acostada aos autos, contendo a composição individual do prêmio securitário por veículo integrante da frota, cuja consolidação resultou no valor global estimado de R\$ 149.153,58 (cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos).

Os documentos que deram suporte à formação do preço estimado, incluindo cotação formal, planilha detalhada da frota, composição das coberturas, franquias e prêmios individualizados, encontram-se anexados ao processo administrativo.”

#### **11.6. Atualidade e Adequação**

O valor encontra-se compatível com o mercado no período de planejamento, considerando as condições e coberturas estabelecidas. Eventuais ajustes posteriores somente ocorrerão por mecanismos legais/contratuais (endosso, reajuste, reequilíbrio, quando cabível), com motivação e formalização.

#### **11.7. Observação sobre Contratação Direta**

Ressalta-se que o valor estimado **não se enquadra** em dispensa de licitação por valor (art. 75 da Lei nº 14.133/2021, com valores atualizados), razão pela qual o procedimento adequado é a **licitação**, conforme definido no TR.





## CAPÍTULO XII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá cumprir integralmente o TR, o edital e o contrato, respondendo por todos os prejuízos decorrentes de inexecução total ou parcial, sem prejuízo das sanções legais.

### 12.1. Obrigações Gerais

- a) manter-se devidamente **autorizada pela SUSEP** durante toda a execução contratual;
- b) manter regularidade jurídica e fiscal exigida para contratação com a Administração;
- c) executar o objeto com observância das normas da SUSEP, do contrato e do TR;
- d) disponibilizar canais de atendimento e comunicação formais e tempestivos;
- e) designar **preposto** com poderes para tratar da execução contratual.

### 12.2. Emissão das Apólices e Vigência

- a) emitir as apólices e/ou endossos no prazo contratual;
- b) garantir cobertura **contínua**, sem interrupções, durante toda a vigência;
- c) emitir **apólice individual por veículo**, vinculada ao contrato global;
- d) assegurar que a apólice contenha identificação correta do contratante e condições contratadas.

### 12.3. Coberturas e Condições

- a) assegurar as coberturas mínimas previstas no TR (casco 100% FIPE, RCF, APP, assistência 24h e demais);
- b) informar claramente **franquias**, quando aplicáveis, e condições de acionamento;
- c) não inserir cláusulas restritivas incompatíveis com o interesse público e com o TR.

### 12.4. Assistência 24 horas

- a) manter central de atendimento **24h/7 dias**, com abrangência nacional;
- b) garantir prestação efetiva dos serviços de assistência (reboque, socorro, transporte etc.) nos termos da apólice;
- c) registrar e disponibilizar, quando solicitado, protocolos/relatórios de atendimentos.

### 12.5. Sinistros: Regulação e Liquidação

- a) orientar a Administração quanto à documentação e fluxo de sinistros;
- b) proceder à regulação conforme normas da SUSEP e condições da apólice;
- c) cumprir prazos regulamentares e contratuais para análise e indenização;
- d) manter comunicação transparente sobre status, exigências e prazos.

### 12.6. Endossos e Alterações de Frota

- a) efetivar endossos de inclusão, exclusão ou substituição de veículos, quando solicitados;
- b) evitar qualquer lacuna de cobertura quando houver substituição/inclusão;
- c) apresentar demonstrativos atualizados da frota segurada.





### 12.7. Cooperação com a Fiscalização

- a) prestar informações e apresentar documentos quando requisitados;
- b) permitir auditoria administrativa sobre apólices, endossos e sinistros;
- c) cumprir notificações e determinações do gestor/fiscal, nos limites contratuais.

## CAPÍTULO XIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

### 13.1. Obrigações Gerais

- a) designar **gestor e fiscal do contrato** (art. 117 da Lei nº 14.133/2021);
- b) acompanhar e fiscalizar a execução;
- c) promover as medidas administrativas cabíveis em caso de descumprimento.

### 13.2. Informações da Frota

- a) fornecer à contratada a relação de veículos a serem segurados, com dados necessários;
- b) comunicar alterações de frota que demandem endossos;
- c) manter cadastro interno atualizado para fins de controle e fiscalização.

### 13.3. Comunicação de Sinistros

- a) comunicar sinistros e acionar assistência pelos canais oficiais;
- b) providenciar, quando necessário, boletins, registros e documentos indispensáveis;
- c) colaborar com a regulação (vistorias, informações e autorizações).

### 13.4. Recebimento e Atesto

- a) conferir apólices e endossos (vigência/coberturas/limites);
- b) atestar a execução para fins de pagamento, quando atendidas as condições;
- c) notificar formalmente a contratada em caso de não conformidade.

### 13.5. Pagamentos

- a) efetuar pagamentos conforme regras contratuais, após liquidação da despesa;
- b) aplicar glosas/retensões quando cabíveis e motivadas;
- c) manter registros administrativos do processo de pagamento.

## CAPÍTULO XIV – DO REAJUSTE

### 14.1. Regra Geral

O reajuste observará a **Lei nº 14.133/2021** e as condições do edital/contrato, aplicando-se apenas quando cabível e após o **interregno mínimo legal** contado da data-base definida no contrato (normalmente a data da proposta ou do orçamento estimado).

### 14.2. Índice de Reajuste





O reajuste, quando aplicável, será calculado por índice oficial previsto no edital/contrato (recomendação técnica comum: **IPCA/IBGE**), incidindo sobre o valor contratual, conforme fórmula e data-base estabelecidas.

#### 14.3. Particularidade do Objeto (Seguro)

Por se tratar de serviço securitário:

- o valor é tipicamente anual e pode envolver variações por frota/sinistralidade apenas quando expressamente contratadas e formalizadas por **endosso**;
- alterações por inclusão/exclusão/substituição de veículos ocorrerão por endosso, com ajuste proporcional do prêmio (aumento/redução), conforme condições do contrato e da apólice.

#### 14.4. Reequilíbrio Econômico-Financeiro

Eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ocorrer quando caracterizado evento superveniente extraordinário e imprevisível (ou previsível de consequências incalculáveis), conforme legislação, mediante processo administrativo próprio, com demonstração técnica e decisão motivada.

### CAPÍTULO XV – DA SUBCONTRATAÇÃO

#### 15.1. Regra

Em razão da natureza do objeto (seguro auto frota), **fica vedada a subcontratação do núcleo do objeto**, entendido como emissão de apólices, assunção de riscos, regulação e liquidação de sinistros, por se tratar de atividade típica e regulada da seguradora contratada.

#### 15.2. Admissibilidade Restrita (Serviços Acessórios)

Admite-se apenas a utilização de **rede credenciada** (oficinas, guincho, chaveiro e demais prestadores de assistência), como prática inerente ao mercado securitário, desde que:

- a responsabilidade integral permaneça com a seguradora contratada;
- o atendimento cumpra padrões e prazos do contrato;
- não haja custo adicional indevido à Administração além do contratado;
- os prestadores observem legislação aplicável (inclusive ambiental, quando pertinente).

#### 15.3. Responsabilidade

A eventual utilização de rede credenciada **não afasta** a responsabilidade da contratada perante a Administração, inclusive por falhas, atrasos ou danos decorrentes da prestação de assistência.

### CAPÍTULO XV – DA LEGALIDADE

15.1. A licitação, os Contratos, as Notas de Empenhos de Aquisição e os pagamentos deverão obedecer e cumprir as seguintes legislações:

- Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/00;





**Estado de Rondônia**  
**Prefeitura Municipal de Ji-Paraná**  
**Secretaria Municipal da Educação**



- Lei Federal nº 4.320/64;
- Lei Federal nº 14.133/21, e suas alterações;

Ji-Paraná, data da assinatura eletrônica.

Elaborado por:

*[Assinado Eletronicamente]*  
**KARINA ZERBINATTI MANTOVANO**  
Assessora Nível I  
Decreto nº 01594/25

De acordo:

*[Assinado Eletronicamente]*  
**ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**  
*Secretário Municipal de Educação*  
*Decreto nº 2219/25*





## Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Termo de Referência</b>	<b>REV02</b>	<b>11/05/2026</b>

ID: <b>2670102</b>	Processo	Documento
CRC: <b>97A07024</b>		
Processo: <b>1-3278/2026</b>		
Usuário: <b>KARINA ZERBINATTI MANTOVANI</b>		
Criação: <b>11/05/2026 10:29:36</b>	Finalização: <b>11/05/2026 10:30:31</b>	

MD5:	<b>34AE9B9A752A9F45443F812B5BE1BC59</b>
SHA256:	<b>045281E21195EE7D402579CE9BCE314FAB7819800638021543422C2A68A3E220</b>

Súmula/Objeto:

**TR**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Ji-Paraná	RO	11/05/2026 10:29:36
----------------------------------	-----------	----	---------------------


### ASSUNTOS

SEGURO DE VEÍCULO	11/05/2026 10:29:36
-------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 KARINA ZERBINATTI MANTOVANI	ASSESSOR NÍVEL I	11/05/2026 10:30:34
--	------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	11/05/2026 10:35:46
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2670102 e o CRC 97A07024.



## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

<b>Órgão:</b>	Secretaria Municipal de Educação
<b>Unidade:</b>	Unidades Escolares Urbanas e Rurais da Rede Pública Municipal
<b>Objeto:</b>	Contratação de seguro auto frota com assistência 24 horas para os veículos oficiais da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO

### 1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

#### 1. Descrição da Necessidade

A presente contratação tem por objeto a **contratação de seguro auto frota com assistência 24 horas** para os veículos oficiais vinculados à **Secretaria Municipal de Educação – SEMED do Município de Ji-Paraná/RO**, com a finalidade de assegurar a **proteção do patrimônio público**, a **continuidade dos serviços educacionais** e a **mitigação de riscos operacionais, financeiros e jurídicos** decorrentes da utilização diária desses veículos.

A frota da SEMED é utilizada de forma permanente e essencial em atividades finalísticas da política pública de educação, tais como:

- transporte escolar de alunos da rede pública municipal, especialmente da zona rural;
- deslocamento de equipes técnicas, pedagógicas e administrativas;
- transporte de materiais didáticos, merenda escolar e equipamentos;
- apoio logístico às unidades escolares urbanas e rurais.

Em razão da intensidade de uso, diversidade de trajetos e circulação em vias urbanas e rurais, os veículos estão continuamente expostos a **riscos de sinistros**, como colisões, furtos, roubos, incêndios, panes mecânicas e danos causados a terceiros, os quais podem gerar **prejuízos patrimoniais significativos**, paralisação de serviços públicos essenciais e responsabilizações à Administração.

Nesse contexto, a contratação de seguro auto frota apresenta-se como **medida preventiva e necessária**, apta a garantir a pronta recomposição dos danos materiais, o atendimento emergencial aos veículos e a preservação da continuidade do serviço público educacional, em conformidade com os princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e continuidade do serviço público**, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

#### 1.1 Problema a Ser Resolvido

A ausência ou insuficiência de cobertura securitária adequada expõe a Administração Municipal a diversos riscos, dentre os quais destacam-se:

- necessidade de arcar com **custos elevados e imprevisíveis** de reparos ou reposição de veículos sinistrados;
- **interrupção de serviços educacionais**, especialmente do transporte escolar, em caso de imobilização da frota;
- dificuldade de atendimento emergencial em casos de pane ou acidente, sobretudo em áreas rurais ou de difícil acesso;
- insegurança jurídica para a Administração e para os servidores condutores, diante de eventuais danos causados a terceiros;
- comprometimento do planejamento orçamentário, em razão de despesas não previstas.

Assim, a contratação do seguro auto frota visa eliminar ou mitigar tais riscos, assegurando maior previsibilidade financeira e operacional à SEMED.

#### 1.2 Impactos Esperados da Contratação

A contratação do seguro auto frota com assistência 24 horas proporcionará impactos positivos diretos, tais como:

- proteção integral do patrimônio público veicular;





- redução de riscos financeiros e contingências orçamentárias;
- manutenção da continuidade dos serviços educacionais;
- atendimento emergencial imediato em todo o território nacional;
- maior segurança institucional, administrativa e jurídica.

Dessa forma, a contratação configura-se como **necessária, adequada e proporcional** ao interesse público envolvido.

## 2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAIS

Conforme dispõe a **Lei Federal nº 14.133/2021**, a Administração Pública deve planejar suas contratações de forma integrada, observando o **Plano de Contratações Anual (PCA)**, instrumento essencial para o adequado planejamento orçamentário e financeiro do órgão.

A presente contratação encontra-se prevista no **Plano de Contratações Anual da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED)**, conforme **Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 1.057, de 05/12/2025**, que define como objeto a **contratação de seguro auto frota com assistência 24 horas para os veículos oficiais da SEMED**, com valor estimado de **R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)**.

O registro da demanda no PCA evidencia o alinhamento da contratação com o planejamento estratégico e orçamentário do Município, assegurando a observância dos princípios do **planejamento, eficiência e economicidade**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 2.1. Plano de Contratações Anual

O **Plano de Contratações Anual (PCA)** da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná tem por finalidade consolidar as demandas de bens e serviços necessários ao exercício fiscal, possibilitando a adequada previsão de despesas e contribuindo para o cumprimento das metas de gestão, governança e controle da Administração Pública.

A contratação do **seguro auto frota com assistência 24 horas** foi devidamente inserida no referido plano, conforme o **DFD nº 1.057/2025**, sob a classificação orçamentária própria da SEMED, visando atender às necessidades permanentes de **proteção, segurança e continuidade operacional** dos veículos oficiais utilizados nas atividades administrativas, pedagógicas e de transporte escolar.

A inclusão desta demanda no PCA atende aos preceitos de **planejamento, transparência e racionalidade administrativa** exigidos pela Lei nº 14.133/2021, garantindo que a contratação seja realizada de forma previamente justificada, planejada e compatível com a programação orçamentária vigente.

### 2.2. Orçamento Previsto

A despesa estimada para a contratação do **seguro auto frota com assistência 24 horas** está prevista no **DFD nº 1.057/2025**, com valor total de **R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais)**, considerando o período de **12 (doze) meses de cobertura**.

Para fins de aferição do preço de mercado e definição do valor estimado da contratação, foi realizada **cotação formal junto a seguradora especializada**, constante no documento denominado **“Estimativa”**, cujo valor global apurado foi de **R\$ 149.153,58 (cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)**, valor este considerado compatível com os preços praticados no mercado e utilizado como referência técnica para a presente contratação.

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das **dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Educação**, devidamente previstas na **Lei Orçamentária Anual (LOA)** e compatíveis com o **Plano Plurianual (PPA)** e a **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)** do Município





de Ji-Paraná/RO.

### 3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação de **seguro auto frota com assistência 24 horas** tem por finalidade assegurar a **proteção patrimonial** e a **continuidade dos serviços públicos de educação** prestados pela Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED), mitigando riscos financeiros, operacionais e jurídicos decorrentes da utilização permanente dos veículos oficiais.

A frota contemplada é composta por **33 (trinta e três) veículos oficiais**, entre **ônibus escolares, caminhonetes, veículos leves e caminhões**, conforme planilha patrimonial atualizada da SEMED. A presente contratação visa garantir **cobertura securitária integral**, abrangendo sinistros decorrentes de colisão, incêndio, roubo, furto e danos causados a terceiros, bem como assegurar **atendimento emergencial contínuo**, por meio de assistência 24 horas com abrangência nacional.

#### 3.1. Especificação dos Bens

O objeto da contratação compreende a **prestação de serviço de seguro auto frota, na modalidade abrangente**, incluindo cobertura de casco, responsabilidade civil facultativa, acidentes pessoais por passageiro e assistência 24 horas, para os veículos oficiais pertencentes à frota da SEMED.

As coberturas mínimas exigidas deverão estar **em conformidade com a cotação de mercado constante na “Estimativa”**, abrangendo, no mínimo:

- **Cobertura de casco** contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a **100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE**, vigente à data do sinistro;
- **Responsabilidade Civil Facultativa – RCF**, com cobertura mínima de:
  - **R\$ 600.000,00** (seiscentos mil reais) para **danos materiais a terceiros**;
  - **R\$ 200.000,00** (duzentos mil reais) para **danos corporais a terceiros**;
- **Acidentes Pessoais por Passageiro – APP**, com cobertura mínima de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)** para morte e invalidez permanente por passageiro;
- **Cobertura para vidros**, compreendendo para-brisas, vidros laterais e traseiros, bem como faróis, lanternas e retrovisores, conforme plano contratado;
- **Cobertura com abrangência nacional**, sem restrição de perfil de condutor;
- **Assistência 24 horas**, disponível em todo o território nacional, com **quilometragem ilimitada**, compreendendo, no mínimo:
  - a) socorro mecânico e/ou elétrico no local do evento;
  - b) reboque ou transporte do veículo segurado até a oficina mais próxima ou indicada, **sem limitação de quilometragem e sem cobrança adicional**;
  - c) transporte dos ocupantes do veículo em caso de sinistro ou pane;
  - d) serviço de troca de pneus, quando o veículo estiver impossibilitado de se deslocar;
  - e) serviço de chaveiro, em casos de perda, extravio ou dano às chaves ou fechaduras.

#### 3.2. Requisitos Legais e Administrativos

A licitação observará os princípios e diretrizes estabelecidos na **Lei nº 14.133/2021**, especialmente os da legalidade, planejamento, isonomia, transparência, eficiência e economicidade.

A empresa licitante deverá comprovar:

- regularidade jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária;
- **registro ativo e regular junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para operar no ramo de seguro de veículos automotores;
- apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica operacional**, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, compatível(is) com o objeto da contratação;
- declaração de inexistência de impedimento para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- cumprimento das normas legais e regulatórias aplicáveis à atividade securitária.

#### 3.3. Requisitos de Qualidade e Garantia

A seguradora contratada deverá:

- garantir indenização integral conforme o valor vigente da **Tabela FIPE** na data do sinistro;



- observar os prazos regulamentares para **regulação e liquidação de sinistros**, conforme normas da SUSEP;
- providenciar **remoção ou reboque** em prazo compatível com o atendimento emergencial previsto na apólice;
- assegurar que os reparos sejam realizados por **oficinas credenciadas**, com utilização de peças compatíveis com os padrões do fabricante;
- disponibilizar **central de atendimento 24 horas**, por meio telefônico e/ou eletrônico, com abrangência nacional.

### 3.4. Requisitos Técnicos

A apólice deverá:

- ser emitida em nome da **Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO**;
- contemplar todos os veículos constantes na planilha oficial da frota da SEMED;
- permitir a **inclusão, exclusão ou substituição de veículos**, mediante endosso, durante a vigência contratual;
- garantir cobertura para todos os condutores devidamente autorizados pela SEMED, **sem restrição de perfil**;
- observar integralmente as normas técnicas e regulatórias da SUSEP.

### 3.5. Requisitos Funcionais

O contrato deverá assegurar:

- atendimento emergencial **24 horas por dia, 7 dias por semana**;
- prestação de serviços de assistência, reboque e transporte de passageiros;
- atendimento em áreas urbanas e rurais;
- emissão, atualização e endosso de apólices dentro dos prazos contratuais.

### 3.6. Requisitos Operacionais

A execução contratual deverá observar:

- estrutura operacional com cobertura nacional;
- prazo máximo de **até 30 (trinta) dias** para pagamento de indenizações, após a entrega da documentação completa;
- prestação do serviço de forma contínua e ininterrupta;
- vigência contratual de **12 (doze) meses**, admitida prorrogação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 3.7. Critérios de Aceitação

Serão considerados aceitos os serviços e apólices que:

- atendam integralmente às coberturas mínimas previstas neste ETP e no Termo de Referência;
- estejam em conformidade com as normas da SUSEP e legislação vigente;
- apresentem valores compatíveis com a **estimativa de mercado adotada**;
- não contenham cláusulas restritivas incompatíveis com o interesse público;
- possuam canais de atendimento 24 horas devidamente ativos.

### 3.8. Local e Prazos de Entrega

A entrega das apólices deverá ocorrer em até **15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da nota de empenho, por meio eletrônico, no endereço indicado pela Administração. O seguro terá vigência de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de início da cobertura definida na apólice.

O recebimento e conferência das apólices serão realizados pela **Superintendência Geral de Apoio Técnico da SEMED**, na sede da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO.

## 4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

A estimativa das quantidades tem por finalidade dimensionar, de forma **precisa, justificada e proporcional**, o quantitativo de bens e serviços necessários à contratação do **seguro auto frota com**



**assistência 24 horas** para os veículos oficiais vinculados à Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED), conforme exige o art. 18, da Lei nº 14.133/2021.

O dimensionamento considera exclusivamente a frota **atualmente existente e em operação**, conforme levantamento patrimonial oficial, sendo vedada qualquer superestimativa que possa comprometer os princípios da **economicidade, eficiência e planejamento**.

#### 4.1. Base de Cálculo dos Quantitativos

A base de cálculo adotada para definição dos quantitativos da presente contratação fundamenta-se nos seguintes elementos técnicos e administrativos:

- levantamento atualizado da frota oficial da SEMED, realizado pela unidade técnica responsável pela gestão patrimonial e de transporte;
- relação individualizada dos veículos ativos, com identificação de tipo, categoria, ano de fabricação e utilização institucional;
- necessidade de **cobertura integral e contínua** de todos os veículos utilizados em atividades educacionais, administrativas e logísticas;
- vigência contratual de **12 (doze) meses**, correspondente ao período anual de cobertura securitária;
- inexistência de alternativa viável que permita fracionamento do objeto por veículo ou por tipo de uso, considerando que o seguro opera por apólices individuais vinculadas a uma contratação global.

Com base nesses critérios, definiu-se que o quantitativo a ser contratado corresponde exatamente ao **número de veículos oficiais em operação**, não havendo previsão de quantitativos excedentes ou estimativas genéricas.

#### 4.2. Detalhamento dos Quantitativos

O quantitativo total de veículos a serem contemplados pela contratação do seguro auto frota corresponde a **33 (trinta e três) unidades**, distribuídas conforme tipologia e utilização institucional, conforme demonstrado a seguir:

- **Ônibus escolares:** veículos destinados ao transporte regular de alunos da rede municipal, especialmente da zona rural;
- **Caminhonetes:** utilizadas para apoio logístico, transporte de equipes técnicas, manutenção e distribuição de materiais;
- **Veículos leves:** empregados em atividades administrativas e de supervisão;
- **Caminhões:** destinados ao apoio operacional e transporte de cargas e equipamentos.

Cada veículo será segurado por **apólice individual**, vinculada a uma contratação global, contemplando cobertura total de casco, responsabilidade civil, acidentes pessoais e assistência 24 horas, conforme especificações técnicas definidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

O quantitativo de **33 veículos** corresponde à totalidade da frota ativa da SEMED à data da elaboração deste ETP, sendo admitida a inclusão ou exclusão de veículos durante a vigência contratual apenas mediante **endosso**, nos limites legais e contratuais.

A partir desses parâmetros, definiu-se que a totalidade da frota deverá estar contemplada no objeto contratual, de forma a garantir a proteção do patrimônio público e a continuidade das atividades da Secretaria.

O detalhamento dos quantitativos está descrito a seguir, conforme a planilha patrimonial da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná:

ORD	MARCA	MODELO	ANO	PATRI MÔNIO	PLACA	RENAVAN	CHASSI	COMBUSTÍVEL
01	MARCOPOLO	ONIBUS VOLARE V8L 4X4 EO (T.	2016/2016	119566	NDC9E23	01109929576	93PB58M1MGC057013	DIESEL S-10





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



02	IVECO	ONIBUS GRANCLASS 150S21E (T.	2016/2017	119567	NDO3654	01109927930	93ZA01LF0H8930657	DIESEL S-10
03	VOLKSWAGEN	ÔNIBUS NEOBUS MINI (AMARELO)	2016/2017	119568	NDO3694	01109931384	9532M52PXHR706934	DIESEL S-10
04	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (BRANCO)	2018/2019	127594	NEF9161	01177768167	9BGKS48V0KG253259	GASOLINA
05	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (PRETO)	2018/2018	127593	NEF9191	01177772636	9BGKS48V0KG179739	GASOLINA
06	CHEVROLET	ONIX 1.4 MT LT (BRANCO)	2018/2019	127592	NEF9481	01177765419	9BGKS48V0KG254914	GASOLINA
07	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132621	OHR9E52	01226398453	93PB54M32LC063070	DIESEL S-10
08	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132625	OHR9E62	01226399743	93PB54M32LC063097	DIESEL S-10
09	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132622	OHR9F32	01226401314	93PB54M32LC063071	DIESEL S-10
10	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132620	OHR9F52	01226448850	93PB54M32LC063100	DIESEL S-10
11	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132618	OHR9F82	01226430926	93PB54M32LC063066	DIESEL S-10
12	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132619	OHR9G12	01226433062	93PB54M32LC063072	DIESEL S-10
13	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132624	OHS0H42	01226555605	93PB54M32LC063101	DIESEL S-10
14	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132627	OHS1H42	01226593868	93PB54M32LC063095	DIESEL S-10
15	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132626	OHS1H52	01226590885	93PB54M32LC063096	DIESEL S-10
16	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132628	OHS3A32	01226743959	93PB54M32LC063099	DIESEL S-10
17	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132629	OHS3A42	01226743460	93PB54M32LC063098	DIESEL S-10
18	MARCOPOLO	ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	2020/2020	132623	OHS4C72	01226826447	93PB54M32LC063073	DIESEL S-10
19	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2019/2020	130155	QTA4575	01214219630	8AJDA3CD0L1811499	DIESEL S-10
20	TOYOTA	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2019/2020	130154	QTC8374	01213207816	8AJDA3CDXL1811476	DIESEL S-10
21	HILUX	HILUX CDLOWM4FD (BRANCO)	2018/2019	127596	QTI1840	01177659392	8AJDA8CD1K1879340	DIESEL S-10
22	TOYOTA	HILUX CDLOWN4FD (BRANCO)	2018/2018	127595	QTI1I50	01177659732	8AJDAS8CD7K1879360	DIESEL S-10
23	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142291	RSY0C46	01321231277	8AJKA3CDXN3102674	DIESEL S-10
24	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142285	RSY0C76	01321232753	8AJKA3CD2N3103026	DIESEL S-10
25	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142293	RSY0C86	01321233580	8AJKA3CD5N3102968	DIESEL S-10
26	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142290	RSY0D46	01321235272	8AJKA3CDXN3102660	DIESEL S-10





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



27	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142292	RSY0D96	01321236074	8AJKA3CD5N3102758	DIESEL S-10
28	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142286	RSY0E26	01321237291	8AJKA3CD7N3102700	DIESEL S-10
29	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142287	RSY0E56	01321238875	8AJKA3CD8N3102821	DIESEL S-10
30	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142289	RSY0E76	01321241132	8AJKA3CD5N3102954	DIESEL S-10
31	TOYOTA	HILUX (BRANCO)	2022/2022	142284	RSY0E96	01321242864	8AJKA3CD5N3102744	DIESEL S-10
32	MERCEDES BENZ	CAMINHÃO CARGO 1016 (AMARELO)	2021/2021	129047	RSZ7I99	01287710570	9BM979076MB221211	DIESEL S-10
33	VOLVO	CAMINHÃO VM290 4x2R	2025/2025		TVC0I28	01456152570	93KP0Y1AXSE210867	DIESEL S-10

#### 4.2.3. Relação de Quantitativo Consolidado

Nº	Marca / Modelo	Ano	Placa	Tipo de Veículo	Combustível	Quantidade (unid.)
01	Marcopolo Volare V8L 4x4 EO	2016/2016	NDC9E23	Ônibus Escolar	Diesel S-10	01
02	Iveco GranClass 150S21E	2016/2017	NDO3654	Ônibus Escolar	Diesel S-10	01
03	Volkswagen Neobus Mini	2016/2017	NDO3694	Ônibus Escolar	Diesel S-10	01
04	Chevrolet Onix 1.4 LT	2018/2019	NEF9161	Automóvel	Gasolina	01
05	Chevrolet Onix 1.4 LT	2018/2018	NEF9191	Automóvel	Gasolina	01
06	Chevrolet Onix 1.4 LT	2018/2019	NEF9481	Automóvel	Gasolina	01
7-18	Marcopolo Volare V8L EO	2020/2020	Diversas	Ônibus Escolar	Diesel S-10	12
19-22	Toyota Hilux CDLOWM4FD	2018-2020	Diversas	Caminhonete	Diesel S-10	04
23-31	Toyota Hilux CDLOWM4FD	2022/2022	Diversas	Caminhonete	Diesel S-10	09
32	Mercedes-Benz Cargo 1016	2021/2021	RSZ7I99	Caminhão Escolar	Diesel S-10	01
33	Caminhão Volvo VM290 4x2R	2025/2025		Caminhão Escolar	Diesel S-10	01
Total Geral de Veículos Segurados						33

#### 4.3. Memória de Cálculo

A memória de cálculo dos quantitativos adotados para a presente contratação foi elaborada de forma objetiva e verificável, conforme demonstrado abaixo:

- Frota oficial ativa da SEMED, conforme levantamento patrimonial atualizado: **33 veículos**;
- Quantidade de apólices a serem contratadas: **1 apólice por veículo**;
- Total de apólices previstas na contratação: **33 apólices individuais**;
- Período de cobertura securitária: **12 (doze) meses**;
- Quantidade total de unidades seguradas durante a vigência contratual: **33 veículos x 12 meses**.

Não foram considerados quantitativos adicionais ou reservas técnicas, uma vez que a contratação se limita estritamente à frota existente, atendendo aos princípios da **razoabilidade, proporcionalidade e economicidade**.

Eventuais alterações no quantitativo de veículos durante a vigência do contrato deverão ser formalizadas por meio de **endosso contratual**, observado o interesse público, a disponibilidade orçamentária e os limites legais previstos na Lei nº 14.133/2021.

#### 5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

O levantamento de mercado constitui etapa essencial do planejamento da contratação, nos termos do art. 18, da Lei nº 14.133/2021, tendo por finalidade identificar as **soluções disponíveis**, verificar a **viabilidade**





técnica, aferir a **compatibilidade dos preços praticados** e subsidiar a definição da solução mais adequada ao interesse público.

Para a presente contratação, o levantamento foi conduzido considerando a natureza do objeto — **seguro auto frota com assistência 24 horas** —, as características específicas da frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED) e as exigências legais aplicáveis ao setor securitário.

### 5.1. Levantamento de Preços de Mercado

O levantamento de preços foi realizado por meio de **consulta formal ao mercado segurador**, junto a empresa devidamente **autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, com atuação consolidada no ramo de seguros para frotas públicas.

A pesquisa considerou, de forma detalhada:

- composição real da frota da SEMED, totalizando **33 (trinta e três) veículos oficiais**;
- diversidade de tipologias (ônibus escolares, caminhonetes, veículos leves e caminhões);
- ano de fabricação e valor de mercado dos veículos, conforme **Tabela FIPE** vigente;
- exigência de cobertura compreensiva de casco, responsabilidade civil, acidentes pessoais por passageiro e assistência 24 horas com abrangência nacional;
- vigência contratual de **12 (doze) meses**.

Como resultado, obteve-se **cotação formal consolidada**, constante do documento denominado “**Estimativa**”, com valor global de **R\$ 149.153,58 (cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)** para a cobertura anual integral da frota.

O valor apurado mostra-se **compatível com os preços praticados no mercado**, considerando o porte da frota, o perfil de risco dos veículos, a extensão das coberturas contratadas e a assistência ilimitada prevista.

### 5.2. Alternativas Disponíveis

No levantamento de mercado e análise interna, foram identificadas as seguintes alternativas para atendimento da necessidade da Administração:

#### a) Execução direta pela Administração Pública

Alternativa **inviável**, uma vez que o Município não possui autorização legal nem estrutura técnica para atuar como seguradora, atividade esta regulada e fiscalizada pela SUSEP, sendo vedada à Administração Pública a assunção direta dos riscos patrimoniais decorrentes da circulação de veículos oficiais.

#### b) Autoproteção patrimonial sem contratação de seguro

Alternativa **desaconselhável**, pois expõe o erário a riscos financeiros elevados e imprevisíveis, compromete a continuidade dos serviços públicos e afronta os princípios da economicidade e da gestão eficiente de riscos, além de potencialmente gerar responsabilização administrativa.

#### c) Contratação de empresa seguradora especializada, mediante licitação

Alternativa **viável e adequada**, considerando a existência de empresas legalmente habilitadas no mercado, com capacidade técnica, cobertura nacional e experiência comprovada no atendimento a frotas públicas.

### 5.3. Análise das Alternativas

A análise técnica das alternativas demonstrou que apenas a **contratação de seguradora especializada**, mediante procedimento licitatório, atende plenamente às necessidades da SEMED, pelos seguintes motivos:

- garante **cobertura integral dos riscos patrimoniais**, com indenização conforme valor de mercado;
- assegura **previsibilidade orçamentária**, evitando despesas emergenciais não planejadas;
- proporciona **assistência imediata 24 horas**, essencial para veículos que operam em áreas rurais e de difícil acesso;
- reduz a exposição da Administração a contingências jurídicas e financeiras;
- permite a gestão profissional dos sinistros, conforme normas da SUSEP.

As demais alternativas analisadas não oferecem nível adequado de segurança patrimonial, jurídica e operacional, sendo incompatíveis com o interesse público envolvido.

### 5.4. Justificativa Técnica e Econômica

A escolha da contratação de **seguro auto frota com assistência 24 horas**, por meio de empresa especializada, justifica-se técnica e economicamente pelos seguintes fundamentos:





### Justificativa Técnica

- o objeto exige empresa habilitada pela **SUSEP**, com expertise específica em análise de risco, regulação de sinistros e operação de assistência veicular;
- a frota apresenta diversidade de veículos e utilização intensiva, demandando cobertura padronizada, contínua e nacional;
- a assistência 24 horas é indispensável para garantir a continuidade dos serviços educacionais, especialmente no transporte escolar.

### Justificativa Econômica

- a contratação do seguro evita gastos imprevisíveis e de elevado impacto financeiro com reparos, reposições ou indenizações;
- o valor estimado de **R\$ 149.153,58** mostra-se **compatível e vantajoso** frente ao custo potencial de sinistros individuais;
- a contratação em regime de frota proporciona **economia de escala**, em comparação à contratação isolada por veículo;
- o modelo adotado favorece o controle orçamentário e a racionalização das despesas públicas.

### Justificativa Administrativa e Legal

- a solução está alinhada aos princípios da **eficiência, economicidade, planejamento e gestão de riscos**, previstos na Lei nº 14.133/2021;
- a contratação por licitação assegura **ampla competitividade, transparência e isonomia**;
- atende às boas práticas de governança e controle exigidas pelos Tribunais de Contas.

## 6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da aquisição constitui etapa essencial do planejamento da contratação, sendo instrumento fundamental para assegurar a **economicidade**, a **adequação ao mercado**, a **previsibilidade orçamentária** e a **regularidade do procedimento licitatório**, conforme estabelecem os arts. 18, da Lei nº 14.133/2021.

### 6.1. Fundamentação Legal e Objetivo da Estimativa

A elaboração da estimativa de valor atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à necessidade de:

- demonstrar que o valor estimado é **compatível com os preços praticados no mercado**;
- subsidiar a definição do **orçamento estimado da contratação**;
- evitar sobrepreço, superfaturamento ou subavaliação do objeto;
- assegurar a observância dos princípios da **economicidade, eficiência, planejamento e razoabilidade**.

O objetivo da estimativa é definir um valor de referência **realista, verificável e tecnicamente justificado**, apto a orientar a fase externa da licitação e a análise das propostas apresentadas.

### 6.2. Metodologia de Pesquisa de Preços

A pesquisa de preços foi realizada por meio de **cotação formal junto ao mercado segurador**, considerando empresa devidamente **autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, com atuação consolidada no ramo de seguro de frotas públicas.

A metodologia adotada observou os seguintes critérios:

- consulta direta ao mercado especializado;
- consideração das características reais da frota da SEMED;
- observância das coberturas mínimas exigidas no ETP;
- análise de valores globais para cobertura anual;
- verificação da compatibilidade dos preços com o perfil de risco dos veículos segurados.





O resultado da pesquisa encontra-se formalizado no documento denominado “**Estimativa**”, devidamente juntado aos autos.

### 6.3. Critérios para Formação do Preço Estimado

A formação do preço estimado considerou, de forma integrada e objetiva:

- quantitativo total de **33 (trinta e três) veículos oficiais**;
- diversidade de tipologia dos veículos (ônibus escolares, caminhonetes, veículos leves e caminhões);
- valor individual dos veículos, conforme **Tabela FIPE** vigente;
- exigência de cobertura total de casco (100% FIPE);
- valores de responsabilidade civil facultativa (danos materiais e corporais);
- cobertura de acidentes pessoais por passageiro;
- assistência 24 horas com abrangência nacional e quilometragem ilimitada;
- vigência contratual de **12 (doze) meses**.

Esses critérios refletem fielmente o escopo da contratação e afastam a adoção de parâmetros genéricos ou descolados da realidade do objeto.

### 6.4. Memória de Cálculo do Valor Estimado

A memória de cálculo do valor estimado foi elaborada a partir da consolidação dos prêmios individuais apurados na cotação formal apresentada, considerando a totalidade da frota segurada.

De forma sintética, o cálculo observou:

- total de veículos segurados: **33 unidades**;
- prêmios individuais definidos conforme categoria, ano e valor de mercado de cada veículo;
- soma dos prêmios individuais correspondentes à cobertura anual completa.

O valor global estimado para a contratação do seguro auto frota, conforme a cotação apresentada, é de:  
**R\$ 149.153,58 (cento e quarenta e nove mil, cento e cinquenta e três reais e cinquenta e oito centavos)**

Esse valor corresponde à **cobertura integral da frota pelo período de 12 meses**, incluindo todas as coberturas e assistências previstas neste Estudo Técnico Preliminar.

### 6.5. Atualidade e Adequação dos Valores

Os valores utilizados na estimativa são **atuais**, tendo sido obtidos em cotação válida e compatível com o período de planejamento da contratação.

A estimativa reflete:

- preços praticados no mercado no momento da pesquisa;
- condições reais de risco da frota;
- parâmetros regulatórios vigentes no setor securitário.

Dessa forma, os valores mostram-se **adequados, atualizados e coerentes** com o objeto, não havendo indícios de defasagem ou inconsistência econômica.

### 6.6. Compatibilidade Orçamentária

O valor estimado da contratação encontra-se **compatível com a previsão orçamentária** da Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto no **Documento de Formalização de Demanda – DFD nº 1.057/2025**, bem como com as dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Ressalta-se que o valor estimado de **R\$ 149.153,58** encontra-se **inferior ao valor inicialmente previsto no DFD**, o que reforça a adequação econômica da contratação e a observância do princípio da economicidade.

### 6.7. Conclusão sobre o Valor Estimado





Diante da metodologia adotada, dos critérios técnicos empregados e da análise do mercado segurador, conclui-se que o valor estimado de **R\$ 149.153,58**:

- é compatível com os preços praticados no mercado;
- atende plenamente às exigências legais da Lei nº 14.133/2021;
- revela-se suficiente e adequado para a execução integral do objeto;
- não apresenta indícios de sobrepreço ou subavaliação;
- garante previsibilidade orçamentária e segurança administrativa.

#### 6.8. Detalhamento dos Valores

O detalhamento dos valores que compõem a estimativa encontra-se discriminado na **cotação formal anexa**, integrante do documento denominado **“Estimativa”**, contendo:

- identificação individual dos veículos segurados;
- valores de cobertura por veículo;
- prêmios individuais correspondentes;
- consolidação do valor global da contratação.

E no ANEXO I deste ETP, denominada “6.8. Detalhamento dos Valores – Planilha de Composição do Preço Estimado”.

#### Observações Técnicas da Planilha:

- O valor global de **R\$ 149.153,58** corresponde à **soma dos prêmios individuais por veículo**, conforme **cotação formal apresentada pela seguradora**, constante no documento denominado **“Estimativa”**.
- Os valores unitários variam conforme **tipo, ano, valor FIPE e perfil de risco** de cada veículo, razão pela qual o detalhamento individual encontra-se integralmente demonstrado no documento anexo.
- Todas as apólices contemplam:
  - cobertura total de casco (100% FIPE);
  - RCF para danos materiais e corporais;
  - APP por passageiro;
  - assistência 24 horas com quilometragem ilimitada;
  - vigência de 12 (doze) meses.

O detalhamento dos valores demonstra a composição do preço estimado da contratação, evidenciando que o montante global resulta da consolidação dos prêmios individuais por veículo, conforme suas características e coberturas contratadas. A planilha assegura transparência, rastreabilidade e verificabilidade do valor estimado, atendendo plenamente às exigências da Lei nº 14.133/2021 e aos parâmetros de controle externo do Tribunal de Contas.

### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta foi definida a partir da análise integrada da necessidade administrativa, do levantamento de mercado e da avaliação dos riscos envolvidos na operação da frota oficial da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED), observando os princípios da **eficiência, economicidade, planejamento, segurança jurídica e continuidade do serviço público**, previstos na Lei nº 14.133/2021.

A contratação consiste na **prestação de serviços de seguro auto frota, com cobertura abrangente e assistência 24 horas**, abrangendo todos os veículos oficiais da SEMED, pelo período de **12 (doze) meses**, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

#### 7.1. Descrição Detalhada da Solução

A solução adotada compreende a contratação de **empresa seguradora especializada**, devidamente autorizada pela **Superintendência de Seguros Privados – SUSEP**, para assumir os riscos patrimoniais decorrentes da utilização dos veículos oficiais da SEMED.





A solução contempla, de forma integrada:

- cobertura total do casco dos veículos segurados, incluindo colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização baseada em **100% do valor da Tabela FIPE** vigente à data do sinistro;
- cobertura de **Responsabilidade Civil Facultativa**, abrangendo danos materiais e corporais causados a terceiros;
- cobertura de **Acidentes Pessoais por Passageiro – APP**, para morte e invalidez permanente;
- cobertura de vidros, faróis, lanternas e retrovisores, conforme condições da apólice;
- **assistência 24 horas**, com abrangência nacional e quilometragem ilimitada, garantindo socorro mecânico, reboque, transporte de ocupantes e demais serviços emergenciais.

Cada veículo será vinculado a **apólice individual**, integrando uma contratação global, possibilitando controle efetivo da cobertura, rastreabilidade dos sinistros e gestão eficiente do contrato.

A solução assegura que, em caso de sinistro ou pane, a Administração possa **restabelecer rapidamente a operacionalidade da frota**, evitando a interrupção de serviços essenciais, especialmente o transporte escolar.

## 7.2. Planejamento Estratégico

O planejamento estratégico da solução foi estruturado de modo a garantir eficiência administrativa, controle dos riscos e observância das normas legais, contemplando as seguintes diretrizes:

- **Planejamento prévio e integrado**, com a formalização da demanda por meio de DFD e sua inclusão no Plano de Contratações Anual;
- **Escolha da solução mais vantajosa**, com base em levantamento de mercado e análise técnica das alternativas disponíveis;
- **Contratação por licitação**, assegurando competitividade, isonomia e transparência;
- **Definição clara das responsabilidades contratuais**, com previsão de fiscalização e acompanhamento da execução;
- **Gestão contínua do contrato**, com monitoramento das apólices, controle de endossos e acompanhamento dos sinistros;
- **Alinhamento com os objetivos institucionais da SEMED**, garantindo a continuidade dos serviços educacionais e a proteção do patrimônio público.

Esse planejamento reduz a probabilidade de falhas operacionais, mitiga riscos financeiros e fortalece a governança da contratação.

## 8. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A análise quanto à possibilidade de parcelamento da contratação foi realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o parcelamento deverá ser adotado quando técnica e economicamente viável, desde que não comprometa o conjunto ou a economia de escala.

### 8.1. Fundamentação Legal

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que possível, desde que:

- não comprometa a funcionalidade do objeto;
- não acarrete perda de economia de escala;
- não dificulte a execução ou fiscalização contratual.

A legislação também admite a **não adoção do parcelamento**, quando devidamente justificada sob os aspectos técnico, econômico ou operacional.

### 8.2. Justificativa Técnica e Econômica

Após análise técnica, optou-se pela **não adoção do parcelamento da contratação**, pelas seguintes razões:

- o objeto consiste em **serviço único e indivisível**, caracterizado pela cobertura securitária integral da frota, cujo fracionamento comprometeria a uniformidade das coberturas;





- o parcelamento poderia resultar em **apólices distintas com condições divergentes**, dificultando a gestão, fiscalização e controle dos sinistros;
- a contratação global possibilita **economia de escala**, com prêmios mais vantajosos do que a contratação individual por veículo ou por lote;
- a gestão centralizada reduz custos administrativos e operacionais;
- o mercado segurador opera, de forma predominante, com **contratações consolidadas de frotas**, sendo esta a prática mais eficiente e segura.

Sob o aspecto econômico, a contratação global apresenta **melhor relação custo-benefício**, evitando sobrecustos decorrentes de fragmentação indevida do objeto.

### 8.3. Considerações Finais

Diante do exposto, conclui-se que a **não adoção do parcelamento**:

- está devidamente fundamentada na legislação vigente;
- atende ao interesse público;
- assegura eficiência administrativa e econômica;
- preserva a padronização das coberturas e a continuidade do serviço público;
- encontra-se alinhada aos parâmetros de controle e fiscalização adotados pelos Tribunais de Contas.

Assim, a contratação global do seguro auto frota revela-se a solução **mais adequada, segura e vantajosa** para a Administração Pública Municipal.

## 9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

O demonstrativo dos resultados pretendidos evidencia os efeitos concretos esperados com a contratação do seguro auto frota, permitindo avaliar a aderência da solução às necessidades identificadas e aos objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná (SEMED), nos termos do art. 18, da Lei nº 14.133/2021.

### 9.1. Metas da Aquisição

Constituem metas da presente aquisição:

- assegurar a **cobertura securitária integral de 100% da frota oficial da SEMED**, durante todo o período contratual;
- garantir a **continuidade do transporte escolar** e das atividades administrativas e pedagógicas dependentes da frota;
- reduzir a exposição da Administração a **riscos financeiros, operacionais e jurídicos** decorrentes de sinistros;
- assegurar **atendimento emergencial 24 horas**, com abrangência nacional, para todos os veículos segurados;
- manter a frota em condições operacionais adequadas, com rápida recomposição em caso de sinistro.

### 9.2. Resultados Esperados

Com a execução do contrato, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- proteção efetiva do patrimônio público veicular;
- previsibilidade orçamentária e redução de despesas extraordinárias;
- diminuição do tempo de indisponibilidade dos veículos em caso de acidentes ou panes;
- maior segurança para servidores condutores e usuários do transporte escolar;
- fortalecimento das práticas de gestão de riscos e governança administrativa.

## 10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Administração deverá adotar providências prévias indispensáveis à adequada formalização, execução e fiscalização do contrato, assegurando que a contratação produza os resultados esperados com **eficiência, controle e segurança jurídica**.





As providências a seguir descritas visam mitigar riscos operacionais, evitar falhas de gestão contratual e garantir a plena aderência do contrato às condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e no Termo de Referência.

### 10.1. Capacitação e Designação da Equipe de Gestão e Fiscalização

A Administração deverá, previamente à assinatura do contrato:

- designar formalmente o **gestor do contrato** e o **fiscal do contrato**, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- assegurar que os servidores designados possuam conhecimento mínimo sobre:
  - contratos administrativos;
  - funcionamento do seguro auto frota;
  - procedimentos de comunicação e regulação de sinistros;
- promover orientação interna quanto:
  - às coberturas contratadas;
  - aos prazos de acionamento da seguradora;
  - às responsabilidades da Administração e da contratada.

Tal providência é essencial para evitar falhas de fiscalização, atrasos na regulação de sinistros e prejuízos à Administração.

### 10.2. Organização do Plano de Trabalho para Execução Contratual

Antes da celebração do contrato, deverá ser estruturado **plano de trabalho operacional**, ainda que simplificado, contendo:

- relação atualizada dos veículos a serem segurados;
- definição dos canais oficiais de comunicação com a seguradora;
- fluxo administrativo para:
  - abertura de sinistros;
  - envio de documentação;
  - acompanhamento da regulação;
  - solicitação de endossos;
- rotina de verificação da vigência das apólices;
- procedimentos para registro e controle das ocorrências.

O plano de trabalho permitirá padronização das rotinas, redução de falhas administrativas e maior eficiência na execução contratual.

### 10.3. Gerenciamento de Riscos da Contratação

A Administração deverá adotar medidas prévias de **gerenciamento de riscos**, em consonância com os princípios da governança pública e com o art. 169 da Lei nº 14.133/2021, tais como:

- validação da **lista definitiva de veículos** a serem incluídos na apólice;
- conferência das coberturas contratadas antes do início da vigência;
- definição de procedimentos para inclusão, exclusão ou substituição de veículos;
- acompanhamento sistemático dos sinistros ocorridos;
- adoção de providências corretivas em caso de falhas na prestação do serviço.

O gerenciamento prévio de riscos reduz a probabilidade de:

- lacunas de cobertura securitária;
- atrasos no atendimento emergencial;
- prejuízos financeiros ao erário;
- responsabilizações administrativas por falhas de gestão.

### 10.4. Verificação de Conformidade Jurídica e Orçamentária

Previamente à assinatura do contrato, a Administração deverá:

- confirmar a regularidade jurídica, fiscal e técnica da empresa vencedora;
- verificar a compatibilidade do valor contratado com o valor estimado;





- assegurar a existência de **dotação orçamentária suficiente**;
- formalizar o empenho da despesa;
- conferir a aderência do contrato às cláusulas do edital e do Termo de Referência.

Essa etapa é fundamental para garantir a **validade jurídica do contrato** e evitar apontamentos pelos órgãos de controle.

### 10.5. Considerações Finais do Capítulo

As providências descritas neste capítulo constituem **condições essenciais** para a boa governança da contratação, não se tratando de meras formalidades, mas de medidas concretas para assegurar:

- execução contratual eficiente;
- mitigação de riscos administrativos e financeiros;
- proteção do patrimônio público;
- atendimento às exigências da Lei nº 14.133/2021 e aos parâmetros de controle do Tribunal de Contas.

A adoção dessas providências reforça a maturidade do planejamento e contribui decisivamente para o sucesso da contratação.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES;

Não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes indispensáveis à execução do objeto da presente contratação.

A contratação do seguro auto frota possui **natureza autônoma**, não dependendo da execução simultânea de outros contratos para produzir seus efeitos, sem prejuízo da existência de contratos administrativos paralelos relacionados à manutenção, abastecimento ou gestão da frota, que não interferem diretamente na execução do seguro.

## 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

### 12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação do seguro auto frota caracteriza-se como prestação de serviço de natureza **predominantemente administrativa**, não envolvendo, em si, execução direta de obras ou atividades potencialmente poluidoras.

#### 12.1. Identificação dos Impactos

Os impactos ambientais diretos da contratação são considerados **baixos ou inexistentes**, podendo-se identificar apenas impactos indiretos, tais como:

- geração eventual de resíduos automotivos decorrentes de reparos em veículos sinistrados;
- consumo de recursos naturais associado às atividades de reparo e manutenção realizadas por oficinas credenciadas.

#### 12.2. Medidas Mitigadoras

Como medidas mitigadoras, deverão ser observadas:

- exigência de que os reparos sejam realizados por **oficinas credenciadas**, que atendam às normas ambientais vigentes;
- destinação ambientalmente adequada de resíduos automotivos, conforme legislação aplicável;
- incentivo à manutenção preventiva da frota, reduzindo a ocorrência de sinistros e impactos ambientais associados.

## 13. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

O posicionamento conclusivo sintetiza a análise técnica, jurídica e econômica realizada ao longo do Estudo Técnico Preliminar, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### 13.1. Análise de Viabilidade

A contratação do seguro auto frota com assistência 24 horas mostrou-se:

- **tecnicamente viável**, diante da existência de mercado especializado e apto a atender a demanda;





- **economicamente adequada**, com valor compatível com os preços praticados no mercado;
- **juridicamente regular**, atendendo às exigências da Lei nº 14.133/2021;
- **administrativamente necessária**, considerando a essencialidade dos serviços prestados pela frota da SEMED.

### 13.2. Recomendação

Diante de todo o exposto, **recomenda-se a contratação do seguro auto frota com assistência 24 horas**, por meio de procedimento licitatório, como solução **adequada, vantajosa e alinhada ao interesse público**, assegurando a proteção do patrimônio municipal, a continuidade dos serviços educacionais e a observância dos princípios da Administração Pública.

### 14. CONSULTA QUANTO A EXISTÊNCIA DE ATA DE REGISTRO PREÇOS VIGENTES.

Conforme consulta realizada no Portal da Transparência do município de Ji-Paraná-RO, em fevereiro de 2026, não há Registro de Preços vigente que atenda às necessidades descritas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP). Além disso, a adesão a Registros de Preço de outras entidades não é adequada para atender às demandas apresentadas.

### 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Declaramos, considerando todo o exposto nestes Estudo Técnico Preliminar, que a contratação:  
☒ **é viável**    ☐ não é viável.

### 16. ELABORAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Superintendência de Geral de Apoio Técnico.

Ji-Paraná, data da assinatura.

Elaborado por:

[Assinado Eletronicamente]

**MARION DISNEI DA SILVA MELO**  
*Superintendente Geral de Apoio Técnico/SEMED*  
*Decreto n.1734 /2025*

De acordo:

**ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**  
*Secretário Municipal de Educação*  
*Decreto 2219/GAB/PM/JP/2025*





ESTADO DE RONDÔNIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JI-PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
**ANEXO I**

**6.8. Detalhamento dos Valores – Planilha de Composição do Preço Estimado**  
**Planilha de Detalhamento da Estimativa de Valor – Seguro Auto Frota**

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	MARCA / MODELO	ANO	QTD	COBERTURA DE CASCO	RCF – DANOS MATERIAIS (R\$)	RCF – DANOS CORPORAIS (R\$)	APP POR PASSAGEIRO (R\$)	ASSISTÊNCIA 24H	PRÊMIO UNITÁRIO MÉDIO (R\$)	PRÊMIO TOTAL (R\$)
1	Ônibus Escolar	Volare / Neobus / Iveco	2016–2020	14	100% FIPE	600.000,00	200.000,00	10.000,00	Ilimitada	—	—
2	Caminhonete	Toyota Hilux	2018–2022	13	100% FIPE	600.000,00	200.000,00	10.000,00	Ilimitada	—	—
3	Veículo Leve	Chevrolet Onix	2018	3	100% FIPE	600.000,00	200.000,00	10.000,00	Ilimitada	—	—
4	Caminhão	Mercedes-Benz / Volvo	2021–2025	03	100% FIPE	600.000,00	200.000,00	10.000,00	Ilimitada	—	—
	<b>TOTAL GERAL</b>	—	—	<b>33</b>	—	—	—	—	—	—	<b>149.153,58</b>

Ji-Paraná, data da assinatura.

Elaborado por:

[Assinado Eletronicamente]  
**MARION DISNEI DA SILVA MELO**  
*Superintendente Geral de Apoio Técnico/SEMED*  
*Decreto n.1734 /2025*

De acordo:

**ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA**  
*Secretário Municipal de Educação*  
*Decreto 2219/GAB/PM/JP/2025*





# Município de Ji-Paraná



04.092.672/0001-25

Av. 2 de Abril

www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Estudo Técnico</b>	<b>REV01</b>	<b>05/03/2026</b>

ID: <b>2490440</b>	Processo	Documento
CRC: <b>6B58C408</b>		
Processo: <b>1-3278/2026</b>		
Usuário: <b>KARINA ZERBINATTI MANTOVANI</b>		
Criação: <b>05/03/2026 12:42:24</b>	Finalização: <b>05/03/2026 12:44:04</b>	

MD5: <b>95E0ED4A1140D65533581ADE69738AEA</b>
SHA256: <b>7FD08F622F74D363E6A7A3C1D2AA11A098FAF642E0F727A926A39BE4B35FC1C2</b>

Súmula/Objeto:

**ETP**

### INTERESSADOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	Ji-Paraná	RO	05/03/2026 12:42:24
----------------------------------	-----------	----	---------------------


### ASSUNTOS

SEGURO DE VEÍCULO	05/03/2026 12:42:24
-------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

 MARION DISNEI DA SILVA MELLO	SUPERINTENDENTE GERAL DE APOIO TÉCNICO	05/03/2026 12:48:06
---	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

 ROBSON MAGNO CLODOALDO CASULA	SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	05/03/2026 19:03:23
--	----------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2490440 e o CRC 6B58C408.

**ANEXO II**

**CARTA PROPOSTA**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1-3278/2026 - SEMED**

**OBJETO:** Contratação de empresa seguradora, devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, para prestação de serviços de seguro auto frota com assistência 24 (vinte e quatro) horas, visando à proteção dos veículos oficiais pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná/RO (SEMED), pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.

**Dados do proponente:**

Razão Social:

CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... Estado: ..... CEP: .....

Telefone: .....

E-mail: .....

**Dados do responsável pela assinatura do Contrato:**

Nome Completo:

CPF n.º .....

Cargo/Função:

**Dados para contato/correspondência:**

Endereço:

Telefone:

E-mail:

**Dados para pagamentos:**

Conta Corrente n.º .....

Agência n.º .....

Banco .....

À

**Superintendência de Compras e Licitações**

Prezados Senhores,

Apresentamos a V. S<sup>a</sup>, nossa “**PROPOSTA DE PREÇOS**” pelo preço global de R\$ \_\_\_\_\_  
( \_\_\_\_\_ ), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Und	Qnt	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
<b>AMPLA PARTICIPAÇÃO</b>					
1.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L 4X4 EO (T. ESCOLAR AMARELO), ANO	SÇ	1	6.524,93	6.524,93

	2016/2016, PATRIMONIO 119 566, PLACA NDC9E23, RENA VAN 01109929576, CHASSI 93PB58M1 MGC057013, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENT O) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RE SPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTO S MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTO S MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS P OR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,0 0 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITAD A, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) mese s, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar				
2.	SEGURO TOTAL DE VEICULO IVECO, ONIBUS GRANCLASS 150S21 E (T. ESCOLAR AMARELO), ANO 2016/2017, PATRIMONIO 119567, PLACA NDO3654, RENA VAN 01109927930, CHASSI 93ZA01LF0H893 0657, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA D E CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM IN DENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO V ALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONS ABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF)	SÇ	1	5.325,09	5.325,09

	PARA DANOS A TERCEIROS , COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL R EAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL R EAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PAS SAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMA NENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETR OVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TOD O O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCL UINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LO CAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO VEICULO sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condut or, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conform e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
3.	SEGURO TOTAL DE VEICULO VOLKSWAGEN, ONIBUS NEOBUS MI NI (AMARELO), ANO 2016/2017, PATRIMONIO 119568, PLACA NDO3 694, RENA VAN 01109931384, CHASSI 9532M52PXHR706934, DIESE L S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPR EENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenizaç ão correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultat iva (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 2 00.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovis ores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: soc orro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupan tes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de	SÇ	1	3.796,12	3.796,12

	perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
4.	SEGURO TOTAL DE VEICULO CHEVROLET, ONIX 1.4 MT LT (BRANCO), ANO 2018/2019, PATRIMONIO 127594, PLACA NEF9161, RENA VAN 01177768167, CHASSI 9BGKS48V0KG253259, GASOLINA, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM PORCENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO VEICULO SEM LIMITACAO DE limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	1.880,51	1.880,51
5.	SEGURO TOTAL DE VEICULO CHEVROLET, ONIX 1.4 MT LT (PRETO), ANO 2018/2018, PATRIMONIO 127593, PLACA NEF9191, RENA VAN 01177772636, CHASSI 9BGKS48V0KG179739, GASOLINA, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM PORCENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO VEICULO SEM LIMITACAO DE limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	1.880,51	1.880,51

	RANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLIS AO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência a 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
6.	SEGURO TOTAL DE VEICULO CHEVROLET, ONIX 1.4 MT LT (BRANCO), ANO 2018/2019, PATRIMONIO 127592, PLACA NEF9481, RENAVAN 01177765419, CHASSI 9BGKS48V0KG254914, GASOLINA, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, AB RANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLIS AO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA	SÇ	1	1.880,51	1.880,51

	<p>P ARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTEN CIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NAC IONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: S OCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU T RANSPORTE DO VEICULO SEM LIMITAÇÃO DE quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.</p>				
7.	<p>SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132621, PLACA OHR9E52, RENAVAL 01226398453, CHASSI 93PB54M32LC0 63070, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM I NDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPON SABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIRO S, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PA SSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMA NENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETR OVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TOD O O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, incluindo, n o mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transpor te dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de con dutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela</p>	SÇ	1	5.932,82	5.932,82

	Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
8.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132625, PLACA OHR9E62, RENAVAL 01226399743, CHASSI 93PB54M32LC0 63097, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	5.968,36	5.968,36
9.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132622, PLACA OHR9F32, RENAVAL 01226401314, CHASSI 93PB54M32LC0 63071, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
10.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EOT. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132620, PLACA OHR9F52, RENAVAN 01226448850, CHASSI 93PB54M32LC0 63100, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR	SC	1	5.968,36	5.968,36

	PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
11.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EOT. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132618, PLACA OHR9F82, RENAVAL 01226430926, CHASSI 93PB54M32LC0 63066, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM PORCENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor,	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar				
12.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132619, PLACA OHR9G12, RENAVAL 01226433062, CHASSI 93PB54M32LC0 63072, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZACAO CORRESPONDENTE A 100% (CEM PORCENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veiculo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	5.968,36	5.968,36
13.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132624, PLACA OHS0H42, RENAVAL 01226555605, CHASSI 93PB54M32LC0 63101, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALIDADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCLUINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LOCAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
14.	DADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIROS, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMANENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETROVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	ILIMITADA, INCL UINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LO CAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transpor te dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de con dutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conf orme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
15.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ONIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PATRIMONIO 132626, PLACA OHS1H52, RENA VAN 01226590885, CHASSI 93PB54M32LC0 63096, DIESEL S-10, COM COBERTURA SECURITARIA NA MODALI DADE COMPREENSIVA, ABRANGENDO, NO MINIMO: COBERTURA DE CASCO CONTRA COLISAO, INCENDIO, ROUBO E FURTO, COM I NDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A 100% (CEM POR CENTO) DO VALOR DA TABELA FIPE VIGENTE A DATA DO SINISTRO; RESPON SABILIDADE CIVIL FACULTATIVA (RCF) PARA DANOS A TERCEIRO S, COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 600.000,00 (SEISCENTOS MIL REAIS) PARA DANOS MATERIAIS E R\$ 200.000,00 (DUZENTOS MIL REAIS) PARA DANOS CORPORAIS; ACIDENTES PESSOAIS POR PA SSAGEIRO (APP), COM COBERTURA MINIMA DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) POR PASSAGEIRO, PARA MORTE E INVALIDEZ PERMA NENTE; COBERTURA PARA VIDROS, FAROIS, LANTERNAS E RETR OVISORES; ASSISTENCIA 24 HORAS, COM ABRANGENCIA EM TOD O O TERRITORIO NACIONAL E QUILOMETRAGEM ILIMITADA, INCL UINDO, NO MINIMO: SOCORRO MECANICO E/OU ELETRICO NO LO CAL, REBOQUE OU TRANSPORTE DO veículo sem limitação de quilometragem, transpor te dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de con dutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conf orme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	5.968,36	5.968,36
16.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ÔNIBUS VOLARE V8L EO T.	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	<p>ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PAT RIMONIO 132628, PLACA OHS3A32, RENAVAL 01226743959, CHASSI 93PB54M32LC063099, DIESEL S-10, com cobertura a securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade e Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.</p>				
17.	<p>SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ÔNIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PAT RIMONIO 132629, PLACA OHS3A42, RENAVAL 01226743460, CHASSI 93PB54M32LC063098, DIESEL S-10, com cobertura a securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade e Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território</p>	SÇ	1	5.968,36	5.968,36

	nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
18.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MARCOPOLO, ÔNIBUS VOLARE V8L EO T. ESCOLAR (AMARELO), ANO 2020/2020, PAT RIMONIO 132623, PLACA OHS4C72, RENAVAL 01226826447, CHASSI 93PB54M32LC063073, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade e Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	5.968,36	5.968,36
19.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX CDLOWM4FD (BRANCO), ANO 2019/2020, PATRIMONIO 130155, PLACA QTA4575, RENAVAL 01214219630, CHASSI 8AJDA3CD0L1811499, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente	SÇ	1	2.523,85	2.523,85

	a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
20.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX CDLOWM4FD (BRANCO), ANO 2019/2020, PATRIMONIO 130154, PLACA QTC8374, RENAVAN 01213207816, CHASSI 8AJDA3CDXL1811476, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme	SÇ	1	2.523,85	2.523,85

	condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
21.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX CDLOWM4FD (BRANCO), ANO 2018/2019, PATRIMONIO 127596, PLACA QTI1840, RENAVAN 01177659392, CHASSI 8AJDA8CD1K1879340, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	2.474,70	2.474,70
22.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX CDLOWN4FD (BRANCO), ANO 2018/2018, PATRIMONIO 127595, PLACA QTI1150, RENAVAN 01177659732, CHASSI 8AJDAS8CD7K1879360, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis,	SÇ	1	2.474,70	2.474,70

	lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
23.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142291, PLACA RSY0C46, RENAVAN 01321231277, CHASSI 8AJKA3CDXN3102674, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	3.931,85	3.931,85
24.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142285, PLACA RSY0C76, RENAVAN 01321232753, CHASSI 8AJKA3CD2N3103026, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com	SÇ	1	3.931,85	3.931,85

	indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
25.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142293, PLACA RSY0C86, RE NAVAN 01321233580, CHASSI 8AJKA3CD5N3102968, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela	SÇ	1	3.931,85	3.931,85

	Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
26.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142290, PLACA RSY0D46, RENAVAN 01321235272, CHASSI 8AJKA3CDXN3102660, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	4.714,76	4.714,76
27.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142292, PLACA RSY0D96, RENAVAN 01321236074, CHASSI 8AJKA3CD5N3102758, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente;	SÇ	1	3.931,85	3.931,85

	cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
28.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142286, PLACA RSY0E26, RENAVAN 01321237291, CHASSI 8AJKA3CD7N3102700, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SC	1	3.931,85	3.931,85
29.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142287, PLACA RSY0E56, RENAVAN 01321238875, CHASSI 8AJKA3CD8N3102821, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade abrangente, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco	SC	1	3.931,85	3.931,85

	<p>contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.</p>				
30.	<p>SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142289, PLACA RSY0E76, RENAVAN 01321241132, CHASSI 8AJKA3CD5N3102954, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para</p>	SC	1	3.931,85	3.931,85

	todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
31.	SEGURO TOTAL DE VEICULO TOYOTA, HILUX (BRANCO), ANO 2022/2022, PATRIMONIO 142284, PLACA RSY0E96, RE NAVAN 01321242864, CHASSI 8AJKA3CD5N3102744, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100 % (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	3.931,85	3.931,85
32.	SEGURO TOTAL DE VEICULO MERCEDES BENZ, CAMINHÃO CARGO 1016 (AMARELO), ANO 2021/2021, PATRIMONIO 129047, PLACA RSZ7I99, RENA VAN 01287710570, CHASSI 9BM979076MB221211, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com	SÇ	1	6.225,13	6.225,13

	cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.				
33.	SEGURO TOTAL DE VEICULO VOLVO, CAMINHÃO VM290 4X2R, ANO 2025/2025, PLACA TVC0I28, RENAVAN 01456152 570, CHASSI 93KP0Y1AXSE210867, DIESEL S-10, com cobertura securitária na modalidade compreensiva, abrangendo, no mínimo: cobertura de casco contra colisão, incêndio, roubo e furto, com indenização correspondente a 100% (cem por cento) do valor da Tabela FIPE vigente à data do sinistro; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF) para danos a terceiros, com cobertura mínima de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para danos materiais e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para danos corporais; Acidentes Pessoais por Passageiro (APP), com cobertura mínima de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por passageiro, para morte e invalidez permanente; cobertura para vidros, faróis, lanternas e retrovisores; assistência 24 horas, com abrangência em todo o território nacional e quilometragem ilimitada, incluindo, no mínimo: socorro mecânico e/ou elétrico no local, reboque ou transporte do veículo sem limitação de quilometragem, transporte dos ocupantes em caso de sinistro ou pane, serviço de troca de pneus e serviço de chaveiro; sem restrição de perfil de condutor, garantindo cobertura para todos os condutores autorizados pela Administração; com vigência de 12 (doze) meses, conforme condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.	SÇ	1	6.355,33	6.355,33
<b>Valor total estimado para todos os itens.....</b> (Cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dezenove reais e cinquenta e sete centavos)					<b>151.619,57</b>

**Observações:**

- Nos termos da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações **TODOS OS ITENS** são destinados à **AMPLA PARTICIPAÇÃO**.
- Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – **COMPRASGOV/CATMAT/CATSERV**, e as especificações constantes no Anexo II deste edital, prevalecerão às últimas.
- Todos os itens deverão, no que couber, constar informações a respeito da **marca/modelo/fabricação**.

**Prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias (mínimo).**

**Local/ Forma de entrega: Conforme descrito no Termo de Referência – Anexo I do Edital.**

---

**DECLARAÇÃO SOBRE A PROPOSTA APRESENTADA**

Tendo examinado minuciosamente as normas específicas do **Edital do Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, objeto supracitado e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, **DECLARAMOS** expressamente que:

- A proposta apresentada para participar da presente licitação, foi elaborada de maneira independente por este licitante e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da presente licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da presente licitação quanto a participar ou não da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da licitante antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- Que o conteúdo da proposta apresentada para participar da presente licitação não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do presente órgão antes da abertura oficial das propostas;
- Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la;
- Entregará/Prestará, sob sua integral responsabilidade, os itens/serviços objeto do referido Edital, no valor ofertado.
- Nos preços indicados acima estão incluídos, além dos itens/serviços, todos os custos, materiais, benefícios, encargos, tributos, demais contribuições e todos os pormenores necessários à completa entrega dos materiais/realização do serviço, mesmo que posteriormente sejam verificadas falhas ou omissões na proposta.
- Conhece a legislação de regência desta licitação e que os componentes serão fornecidos de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e anexos e que conhece e aceita todos os seus termos, inclusive quanto ao pagamento e outros.
- Nenhum direito à indenização ou o reembolso de quaisquer despesas será devido, caso a proposta não seja aceita.

k) Tem amplo conhecimento e aceitamos todas as condições estabelecidas no edital e seus anexos.

Local e data

---

Nome, cargo e assinatura do Representante Legal

### ANEXO III DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

#### 1. HABILITAÇÃO JURÍDICA (art. 66 da Lei 14.133/2021)

- 1.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedade empresária;
- 1.4. Ato constitutivo devidamente registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 1.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade estrangeira no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedidos por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 1.6. Comprovante de Inscrição do Microempreendedor Individual – MEI
  - 1.6.1. Os documentos acima deverão ser apresentados com **todas as suas alterações**, excluindo-se os casos de documentos expressamente consolidados e ainda **acompanhado de documentos comprobatórios de seus administradores e procuradores**.

#### 2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA (art. 68 da Lei 14.133/2021)

- 2.2. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a **Tributos Federais** (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União;
- 2.4. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Estadual**;
- 2.5. Certidão de regularidade de débito com a **Fazenda Municipal**, da sede ou do domicílio do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 2.6. Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e
- 2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

#### 3. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (art. 69 da Lei 14.133/2021)

- 3.1. Certidão Negativa de Ações de Falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, nos últimos **90 (noventa) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.
  - 3.1.1. Na hipótese de apresentação de **certidão positiva de recuperação judicial**, o (a) Pregoeiro (a) verificará o se o plano de recuperação judicial da licitante foi homologado pelo juízo, conforme determina o artigo 58 da Lei 11.101/2005.
  - 3.1.2. Caso a empresa licitante não tenha obtido acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, **a licitante será inabilitada**, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.
- 3.2. **Balanco patrimonial (BP) e demonstração do resultado do exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, assinados pelo **representante legal** e pelo **contabilista responsável**, já exigíveis e apresentados na forma estabelecida por lei para cada porte, que comprovem a boa situação financeira da empresa,

extraídos do livro diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

**3.2.1.** As empresas deverão apresentar **declaração assinada por profissional habilitado** da área contábil, que ateste o atendimento pela licitante dos índices econômicos: Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) **superiores a 1.**

**3.2.2.** Quando qualquer um ou todos os índices econômicos (Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral) forem **inferiores ou igual a 1**, a empresa deverá apresentar comprovação de patrimônio líquido ou capital social **no mínimo de 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**3.2.3.** Os documentos referidos no item 3.2 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos.**

**3.2.4.** As empresas criadas **no exercício financeiro da licitação** deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura.**

**3.2.5.** O **microempreendedor individual (MEI)**, ainda que dispensado da elaboração de balanço patrimonial nos termos do Código Civil, deverá, para fins licitatórios, apresentar balanço patrimonial (BP) e as demais demonstrações contábeis (DRE), devidamente registrado.

**3.3. No caso de seguradoras, a regularidade SUSEP já implica verificação regulatória de solvência; ainda assim, a Administração poderá exigir os documentos previstos em lei, conforme o edital.**

#### **4. HABILITAÇÃO TÉCNICA**

**4.1. Comprovação de aptidão** para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

**4.2.** A comprovação se dará mediante a apresentação de **no mínimo 01 (um) ATESTADO** fornecido por pessoas de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou, satisfatoriamente, serviços ou fornecimentos **iguais ou semelhantes** ao objeto desta licitação.

**4.3.** O (s) atestado(s)/certidões deverão estar necessariamente em nome do licitante, ser apresentados em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinados por autoridade ou representante de quem os expediu.

**4.3.1.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**4.4. Registro ativo e regular perante a SUSEP, comprovando autorização para operar no ramo de seguro de veículos automotores, compatível com o objeto;**

**4.5. Observação (TCE/PGM): As exigências de qualificação técnica devem ser estritamente relacionadas ao objeto e proporcionais, de modo a não restringir indevidamente a competitividade.**

#### **5. OUTRAS COMPROVAÇÕES**

**5.1.** Declaração subscrita pelo representante legal do licitante, conforme modelo **Anexo III** – A, elaborada em papel timbrado da empresa:

#### **ANEXO III – A MODELO DE DECLARAÇÃO**

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob o nº ....., sediada na....., por meio de seu representante legal abaixo identificado, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021) e declara ainda que:

- a) atende aos requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, e que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I da Lei nº 14.133/2021);
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021);
- c) suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (art. 63, §1º da Lei nº 14.133/2021);
- d) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, VI da Lei nº 14.133/2021);
- e) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- g) está ciente da obrigação de manter o endereço da empresa atualizado junto ao órgão promotor da licitação, e de que as notificações e comunicações formais decorrentes da execução do contrato serão efetuadas no endereço que constar em seu preâmbulo. Caso a empresa não seja encontrada, será notificada pelo Diário Oficial do Município acessível em **www.ji-parana.ro.gov.br**
- h) no caso de empresas em recuperação judicial: está ciente de que no momento da assinatura do contrato deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou, se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador de que o plano de recuperação judicial está sendo cumprido;
- i) no caso de microempresas ou empresas de pequeno porte: a empresa não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §§ 4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e alterações, assim como §§ 1º a 3º do art. 4º da Lei 14.133/2021, cujos termos declara conhecer na íntegra;**
- j) não se enquadra em nenhuma das restrições de participação, conforme art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e item 2.10 do edital;
- k) está ciente sobre a observação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), e alterações, quando do tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis a que tenha acesso, para o propósito de execução e acompanhamento do Contrato, não podendo divulgar, revelar, produzir, utilizar ou deles dar conhecimento a terceiros estranhos a esta contratação, a não ser por força de obrigação legal ou regulatória.
- l) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data

de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

**Obs:** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

**Ji-Paraná, xx de xxxxxx de 202x.**

(Identificação e assinatura do representante legal da proponente)

**ANEXO IV**  
**MINUTA DO TERMO DE CONTRATO**

**Processo Administrativo nº.....**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., QUE  
FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ, E A  
EMPRESA.....**

A **PREFEITURA MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 04.092.672/0001-25, com sede e administração na Av. Dois de Abril, 1.701, bairro Urupá, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, XXXXXXXXXXXXXXXX, brasileiro, (estado civil), agente político, portador da Cédula de Identidade RG n.º XXXXXXXX SSP/RO e CPF/MF n.º XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado, nesta cidade e Comarca de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, doravante denominado CONTRATANTE doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº ....., expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo nº 0xxxxxxx/20xxxxx e em observância às disposições da **Lei nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXXXXXXXXXXX**, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

**1.1.** O objeto do presente instrumento é o fornecimento de ....., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

**1.2.** Objeto da contratação:

<i><b>ITEM</b></i>	<i><b>ESPECIFICAÇÃO</b></i>	<i><b>UNIDADE DE MEDIDA</b></i>	<i><b>QUANTIDADE</b></i>	<i><b>VALOR UNITÁRIO</b></i>	<i><b>VALOR TOTAL</b></i>
<i><b>1</b></i>					
<i><b>2</b></i>					
<i><b>3</b></i>					
<i><b>...</b></i>					

**1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1.** O Termo de Referência;
- 1.3.2.** O Edital da Licitação;
- 1.3.3.** A Proposta do contratado;
- 1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

**1.3.5.** O prazo de vigência da contratação é de ..... contados do (a) ....., na forma do CAPÍTULO V - DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS da Lei Federal n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

**1.4.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**1.5.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual (ou) Será admitida a subcontratação do objeto contratual conforme previsto no capítulo..... do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

## **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

**1.6.** O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

**1.7.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

**1.8.** O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

**1.9.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

**1.10.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice..... (**conforme Termo de Referência**), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**1.11.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**1.12.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**1.13.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**1.14.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**1.15.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**1.16.** O reajuste será realizado por apostilamento.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

1.17. São obrigações do Contratante:

1.18. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.20. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.21. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.22. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

1.23. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

1.24. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.25. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.26. A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

1.27. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

1.28. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.29. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

1.30. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.31. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada (se for o caso);

1.32. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

1.33. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

1.34. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

1.35. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.36. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a

descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

**1.37.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**1.38.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

**1.39.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

**1.40.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

**1.41.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

**1.42.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.43.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

**1.44.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**1.45.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.46.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

**1.47.** 1.47 - Não haverá exigência de garantia contratual (ou) A exigência de garantia contratual da execução será a ..... (conforme descrito no Termo de Referência).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**1.48.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do contrato;
- b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 1.49. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- I. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - II. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
  - III. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - IV. **Multa**:
    - 1. Moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
    - 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 4. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 5. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato.
    - 6. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de ....% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:
- 1.50. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 1.50.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
  - 1.50.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 1.50.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 1.51. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 1.52. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
  - b) as peculiaridades do caso concreto;
  - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**1.53.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**1.54.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.55.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

**1.56.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**1.57.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

**1.58.** O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

**1.59.** Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

**1.59.1.** Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;
- e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

**1.60.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**1.60.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**1.60.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**1.60.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**1.61.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**1.61.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**1.61.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**1.61.3. Indenizações e multas.**

**1.62.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**1.63.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

**1.64.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

**1.64.1. Fonte de Recursos:**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

**1.65.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

**1.66.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

**1.67.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**1.68.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

**1.69.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

**1.70.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

**1.71.** As partes elegem o Foro da Comarca de Ji-Paraná-RO, em detrimento de qualquer outro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

---

*Secretário/Presidente*

---

*Representante legal do Contratado*

---

*Procurador Geral do Município*

**TESTEMUNHAS:**

1-

2-